



Universidade  
Estadual de Londrina

---

CAMILA TONON

**INDISCIPLINA NA ESCOLA:  
UM ESTUDO DAS DIMENSÕES CONCEITUAIS**

---

LONDRINA  
2009

CAMILA TONON

**INDISCIPLINA NA ESCOLA:  
UM ESTUDO DAS DIMENSÕES CONCEITUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Londrina.

Orientador(a): Prof. Ms. Marleide Rodrigues  
da Silva Perrude.

LONDRINA  
2009

CAMILA TONON

**INDISCIPLINA NA ESCOLA:  
UM ESTUDO DAS DIMENSÕES CONCEITUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Londrina.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Orientador Marleide Rodrigues da Silva  
Perrude  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof. Ms Ana Lúcia Ferreira Ayoama  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof. Maria José Ruiz  
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## **AGRADECIMENTOS**

À professora Orientadora Merleide Perrude, que acompanhou cada etapa do trabalho dando apoio amigo;

A minha família, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente;

Ao meu amigo Bruno Maffi, que de forma particular me fez acreditar que seria capaz de chegar ao final deste trabalho em específico quando nem mesmo eu acreditava nisso;

Às minhas amigas Jenifer Costa e Josiane Regina Brust, minha segunda família, que fortaleceram os laços da igualdade, num ambiente fraterno e respeitoso, e me acompanharam em todos os momentos durante a graduação. Jamais as esquecerei!

Aos professores que colaboraram com a pesquisa, respondendo ao questionário e enriquecendo ainda mais meu trabalho.

## **DEDICATÓRIA**

A Deus, que me deu tudo, o dom da vida. A meus pais, por me ensinarem a retidão do caminho.

Aos mestres, que com sua paciência, antes de me ensinarem, fizeram-me aprender.

Aos meus colegas de classe, pelo convívio fraternal e familiar,

A todos, o meu muito obrigada !!!

TONON, Camila. **Indisciplina na escola**: Um estudo das dimensões conceituais. 2009. 78. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

## RESUMO

O estudo tem como foco de análise os diferentes olhares sobre o tema indisciplina. O tema é compreendido como reflexo da atual estrutura social caracterizada por um crescente processo de precarização social que acaba por excluir as pessoas na mesma medida em que estimula a violência e a indisciplina nas suas diferentes dimensões. Nas últimas décadas, esses problemas vêm afetando o contexto escolar em diversos aspectos, tais como as relações do professor e aluno, o trabalho pedagógico e interferindo em todo cotidiano escolar e está sendo interpretado de inúmeras maneiras. Assim, este estudo tem por objetivo principal compreender as diferentes concepções de indisciplina tomando como ponto de partida a compreensão do contexto social, e os determinantes das manifestações de violência e seus reflexos no espaço escolar. Por meio de um estudo bibliográfico, foram evidenciadas as diferentes abordagens sobre o tema indisciplina. Com a aplicação de entrevista semi-estrutura verificou-se o olhar de um grupo de professores do Ensino Fundamental do município de Londrina, bem como suas concepções sobre o tema em destaque. Os resultados sugerem que os comportamentos de indisciplina em sala de aula são decorrentes das interações entre as premissas do capitalismo e neoliberalismo e o processo de exclusão da sociedade.

**Palavras Chave:** Políticas Públicas. Exclusão Social. Educação. Indisciplina.

TONON, Camila. **Indiscipline in school**: a study of conceptual dimensions. 2009. 78. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

### **ABSTRACT**

The study focuses on analysis of different views on the subject discipline. The theme is understood as a reflection of current social structure characterized by a growing process of deteriorating social conditions that ultimately exclude people the same extent that lead to violence and indiscipline in its various dimensions. In recent decades, these problems are affecting the school environment in several ways, such as the relationship of teacher and student, the pedagogical work and interfering in every school daily and is being interpreted in many ways. Thus, this study's main objective is to understand the different conceptions of discipline by taking as a starting point to understanding the social context and the determinants of the violent behavior and its consequences in school. Through a bibliographic study, we noticed the different approaches to the topic of discipline. With the application of semi-structure saw the look of a group of teachers of elementary school in Londrina, as well as his views on the subject in focus. The results suggest that the behaviors in the classroom are a result of interactions between the premises of capitalism and liberalism and the process of exclusion from society.

**Key-words:** Public Policy. Social Exclusion. Education. Indiscipline.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SOCIEDADE PRODUTORA DE VIOLÊNCIA E INDISCIPLINA</b> .....	12
2.1 AS CONDIÇÕES SOCIAIS DE PRECARIZAÇÃO E DE VIOLÊNCIA .....	12
2.2 O PAPEL DO ESTADO NO ATUAL CENÁRIO DE PRECARIZAÇÃO SOCIAL .....	16
2.3 O SUJEITO NA SOCIEDADE CAPITALISTA .....	22
<b>3 INDISCIPLINA: REFLEXÕES ACERCA DE SEU CONCEITO</b> .....	26
3.1 AS MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO DAS PESSOAS INSERIDAS NA SOCIEDADE CAPITALISTA .....	27
3.2 DOS DIFERENTES CONCEITOS DE INDISCIPLINA .....	30
3.3 AS CONCEPÇÕES DE INDISCIPLINA NUMA VISÃO PSICOLÓGICA: UMA RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL .....	31
3.4 A IN (DISCIPLINA) COMO REFLEXO DAS IMPOSIÇÕES DA ESCOLA: DA RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL .....	34
3.5 INDISCIPLINA COM CARÁTER SOCIAL: O CONJUNTO DE FATORES QUE CONSTRÓI AS SITUAÇÕES DE INDISCIPLINA .....	38
<b>4 OS CONCEITOS DE INDISCIPLINA PRESENTE ENTRE OS PROFESSORES DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM LONDRINA</b> .....	45
4.1 DAS CONCEPÇÕES DE INDISCIPLINA .....	47
4.2 DAS MANIFESTAÇÕES DOS ALUNOS CONSIDERADOS INDISCIPLINADOS .....	51
4.3 DOS FATORES QUE INTERFEREM E SÃO RESPONSÁVEIS PELA INDISCIPLINA.....	56
4.4 DAS ATITUDES TOMADAS QUANDO O ALUNO DEMONSTRA INDISCIPLINA .....	60
4.5 DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA ESCOLA .....	65
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	67
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	70
<b>APÊNDICES</b> .....	74
APÊNDICE A – Questionário.....	75



## 1 INTRODUÇÃO

A indisciplina presente nas salas de aula vem preocupando educadores e famílias, pois suas manifestações estão cada vez mais agressivas e violentas. Não se trata, bem entendido, de um fenômeno novo ou exclusivo do Brasil, pois a história contemporânea, nacional e internacional, está semeada de acontecimentos violentos. Realmente novas são as formas inusitadas e destemidas com que a indisciplina se apresenta atualmente entre nós, com consequências imprevisíveis e interpretações diversas.

Na tentativa de identificar possíveis causas da indisciplina, de dividir ou mesmo de atribuir responsabilidades pela mesma aos alunos, os professores acabam por adotar estratégias muitas vezes ineficientes para o problema. Seus conceitos de indisciplina acabam se voltando tão somente aos alunos como causa de um problema psicológico ou familiar. Nesta perspectiva, o olhar estrutural da questão considerando o contexto social e os processos de exclusão de uma sociedade capitalista acaba por não fazer parte das análises.

Às vezes, através de simplificações grosseiras do problema, professores e equipe pedagógica adotam medidas que não condizem com o motivo que levou o aluno a agir com determinados comportamentos. Neste sentido, é importante entender a atual estrutura social e as relações políticas e econômicas sustentados sob uma lógica capitalista excludente, que precariza as condições de sobrevivência dos menos afortunados e interfere nos comportamentos de uma geração que se pensa soberana de tudo e frente a todos, na busca a qualquer preço da satisfação de suas necessidades e desejos individuais.

Essa realidade entra nas escolas e interfere nas relações pedagógicas de professores e alunos por meio de comportamentos violentos e indisciplinados, agressões verbais e físicas, depredações de prédios de uma comunidade que muitas vezes não reconhece a escola como parte de seu contexto, a violência psicológica de professores via notas e comportamentos etc. Diante desta realidade, cabe questionar: Como o professor classifica as situações de violência e de indisciplina no espaço escolar? Quais as fontes produtoras de indisciplina no contexto escolar? Como elas são enfrentadas no espaço escolar, e que trabalhos efetivos de cunho preventivo existem? São questionamentos importantes de serem

respondidos e refletidos na busca da construção de uma educação de qualidade.

Considerando que a violência e a indisciplina somadas à exclusão social e as desigualdades de oportunidades influenciam bruscamente as atividades diárias das crianças na escola, aponta-se para a necessidade de estudar e desenvolver uma pesquisa sobre a indisciplina escolar

Assim, este trabalho tem por objetivo compreender as diferentes concepções de indisciplina e discutir seus determinantes e reflexos no espaço escolar.

Sobre o conceito de indisciplina, Aquino (2003) afirma que “Os comportamentos indisciplinados simplesmente obedecem a uma tentativa de impor a própria vontade sobre a do restante da comunidade” (AQUINO, 2003, p. 14-15).

Silva e Pestana (2006) afirmam tais comportamentos são:

Manifestação de atos/conduitas, por parte dos alunos, que têm subjacente atitudes que não são legitimadas pelo professor no contexto regulador da sua prática pedagógica e, conseqüentemente, perturbam o processo de ensino-aprendizagem (SILVA e PESTANA 2006, p. 7).

Ambos os autores referem-se à indisciplina como algo que é imposto aos alunos e, como estes são sujeitos transformadores da sociedade e agentes do próprio pensamento, não aceitam tal imposição demonstrando atitudes que vão contra os princípios de disciplina defendidos pelos professores.

Além de constituir um problema, a indisciplina na escola tem algo a dizer sobre o ambiente escolar e sobre a própria necessidade de avanço pedagógico institucional.

Silva e Pestana (2006) mostram em suas pesquisas que podem existir três níveis de indisciplina: o primeiro que se intitula de “desvios às regras de produção”, abrange os incidentes que causam perturbação ao bom funcionamento da aula; o segundo nível, “conflito entre pares” traduzem dificuldades de relacionamentos entre alunos; o terceiro nível, “conflitos de relação professor/aluno” põem em causa o poder e o estatuto, abrangendo também a violência e o vandalismo contra a propriedade da escola.

Segundo Garcia (1999), a indisciplina escolar, hoje, se diferencia daquela observada em décadas anteriores. Possui particularidades mais complexas e criativas, o que comprova ser mais difícil de ser solucionado pelos professores.

Vasconcelos (2002) afirma que muitos problemas de indisciplina têm origem na questão do desrespeito. Com frequência, a indisciplina é uma manifestação do coeficiente de poder não adequadamente equacionado. Só que os alunos não

conseguem verbalizar isso de maneira clara, e manifestam de alguma forma que algo não vai bem, como por exemplo: querer sair a todo o momento da sala de aula; ficar conversando fora do assunto; não fazer as lições; agredir os colegas e professores etc.

Neste sentido, utilizando-se de abordagem de pesquisa qualitativa, que visa entender a natureza de um fenômeno social, compreender as situações complexas ou estritamente particulares, descrevendo a complexidade de determinado problema, analisando a interação de certas variáveis, compreendendo e classificando processos dinâmicos vividos por grupos sociais, realizou-se o estudo da indisciplina no espaço escolar.

Esta abordagem permitiu questionar, indagar e buscar respostas às perguntas que o problema trouxe durante todo o processo de estudo.

Com base nas concepções sobre a indisciplina os problemas gerados pelo próprio contexto estrutural e seus reflexos no espaço escolar, os dados qualitativos viabilizaram uma análise global, relacionando o indivíduo com o contexto social e toda uma estrutura que determina as ações decorrentes.

Assim, por meio de um estudo bibliográfico foram evidenciadas as diferentes abordagens sobre o tema indisciplina e realizou-se uma entrevista semi-estruturada verificando o olhar de um grupo de professores do Ensino Fundamental do município de Londrina sobre o tema indisciplina e suas concepções.

Sob este viés, para a análise do problema e entender as manifestações discentes, muitas vezes violentas e agressivas, consideradas indisciplinadas no espaço escolar, o objetivo do primeiro capítulo consistiu em compreender o contexto social e cultural da qual este aluno e a instituição escolar fazem parte e que diretamente ou indiretamente são condicionantes importantes.

Para entender melhor essas diferentes abordagens da indisciplina, procurou-se, no segundo capítulo, apresentar uma análise das concepções de indisciplina destacando as diferentes abordagens teóricas que lhes dão sustentação.

No terceiro capítulo, por meio de uma pesquisa realizada com professores das séries finais do Ensino Fundamental do município de Londrina, procurou-se identificar os diferentes conceitos de indisciplina apresentados pelos professores, as diferentes formas de abordagens e interferências adotadas diante dos comportamentos considerados indisciplinados dos alunos, bem como identificar também o olhar deles sobre as causas dos comportamentos e as soluções que a

escola acaba por apontar.

Os resultados sugeriram que os comportamentos de indisciplina em sala de aula são os resultados das interações entre as premissas do capitalismo e neoliberalismo e o processo de exclusão da sociedade. Os alunos que são denominados indisciplinados muitas vezes não são compreendidos em seu contexto social e os professores acabam por tomar atitudes que não são condizentes com a origem de tais comportamentos.

Os processos de exclusão social que surgem a partir das ideologias neoliberais acabam por interferir diretamente nos comportamentos das pessoas e, por consequência dos alunos. É neste sentido que se pretende apontar, com a pesquisa, que é possível trabalhar a indisciplina na sala de aula quando se tem claro os motivos os quais levam os alunos a se comportarem dessa maneira, entendendo assim sua origem o contexto social no qual estão inseridos.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SOCIEDADE PRODUTORA DE VIOLÊNCIA E INDISCIPLINA**

Para entender as manifestações, muitas vezes violentas e agressivas, que são consideradas indisciplinadas no espaço escolar, deve-se compreender também o contexto social e cultural do qual os alunos e a instituição escolar fazem parte.

Neste sentido, o objetivo desse capítulo é compreender o contexto social, as manifestações de violência e seus reflexos no espaço escolar. Parta tanto, busca-se discutir a atual estrutura social, caracterizada por um crescente processo de precarização social que acaba por excluir as pessoas e levá-las a não ter mínimas condições de sobrevivência e, que, na mesma medida, estimula a violência nas suas diferentes dimensões.

### **1.1. AS CONDIÇÕES SOCIAIS DE PRECARIZAÇÃO E DE VIOLÊNCIA**

A humanidade vive um tempo marcado por profundas mudanças no plano econômico, social, político, cultural e educacional. A inserção em uma sociedade capitalista, com ideais neoliberais, bem como a legitimação do individualismo e a desvalorização do que é público estão interferindo no comportamento das pessoas. Soma-se ainda o desemprego em massa, o crescente processo de exclusão social, que produz sentimentos de tensão, sofrimento, preocupação e frustração e que também são condicionantes do comportamento das pessoas frente aos desafios que essa realidade apresenta.

O homem contemporâneo vive em um contexto marcado por uma profunda crise. As relações a que os homens e as mulheres estavam acostumados a compartilhar em busca de sua sobrevivência, construindo conhecimentos, valores, crenças, hábitos e costumes, realizadas de forma coletiva, pela busca da sobrevivência, estão gradativamente se esvaindo em nome de uma lógica de dominação do mercado que gera exclusão, miséria e violência.

A essa nova dimensão ideológica que vem afetando as relações sociais

alguns teóricos denominam de neoliberalismo<sup>1</sup> ou pode-se falar em um liberalismo ressignificado, camuflado, mais excludente. Seu ideário está sempre contra qualquer tipo de atitude e manifestação que obtém o caráter social e coletivo.

Soares (2003, p. 20), aprofundando esta discussão, destaca:

Trata-se de uma crise global de um modelo social de acumulação, cujas tentativas de resolução têm produzido transformações estruturais que dão lugar a um modelo diferente – denominado neoliberal –, que inclui (por definição) a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma ‘nova’ pobreza.

Sendo assim, o neoliberalismo é o modelo que acompanha os ideais capitalistas de individualidade e competitividade no mercado de trabalho, além de precarizar as condições de trabalho e gerar exclusões nos setores antes incluídos (SOARES 2003).

O conjunto de pessoas em busca de um mesmo objetivo já não é tão presente nesta sociedade para a busca da satisfação de suas necessidades. Cada vez mais, espera-se que cada um seja responsável pela busca de suprir sua necessidade e os seus próprios interesses. “A melhoria de vida só ocorre, efetivamente, a partir de iniciativas individuais visando aos próprios interesses, e não em decorrência de lutas coletivas e solidárias” (RUMMERT, 2000, p. 62).

O mercado de trabalho vem exigindo um comportamento competitivo entre as pessoas que já estão ou almejam ser inseridas no mercado de trabalho.

A concorrência pelo trabalho é acompanhada por uma concorrência *no* trabalho, que ainda é uma forma de concorrência pelo trabalho, que é preciso conservar, custe o que custar, contra a chantagem da demissão. Essa concorrência às vezes tão selvagem quanto à praticada pelas empresas, está na raiz de uma verdadeira luta de todos contra todos, destruidora de todos os valores de solidariedade e de humanidade, e, às vezes, de uma violência sem rodeios (SOARES 2003, p. 60).

O incentivo à competição fortalece a desvinculação social na medida em que redistribui os conflitos para o interior da própria classe trabalhadora e rompe laços de compromisso solidários. Assim ocorre a valorização da diferença, associada à competitividade e à busca de superioridade sobre os demais (RUMMERT, 2000).

---

<sup>1</sup>Segundo Anderson (1995, p. 9), o neoliberalismo nasceu logo após a Segunda Guerra Mundial na região da Europa e da América do Norte. Caracterização por “[...] uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem estar. Friedrich Hayek é seu principal representante por meio da obra *O caminho da servidão*, escrita em 1944. Segundo Anderson “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”

Produz-se a violência nas suas diferentes facetas, constantemente presente na atual realidade e também vinculada à condição de pobreza. Neste contexto, e sustentadas por uma lógica competitiva de mercado, as pessoas que estão na linha da pobreza que não conseguem se integrar a este sistema e que precisariam de auxílio do governo para suprir suas necessidades básicas como alimento, saúde, educação, nem sempre são atendidas, pois os recursos que deveriam ser investidos na área social são direcionados para pagamento de dívidas e para atender aos interesses dos grandes empresários. Isto deixa claro o quanto as políticas governamentais estão deixando de lado o atendimento das pessoas, via garantia das políticas sociais. Ao invés de atender à população mais carente, que necessita de auxílios para a suplência de suas necessidades básicas, os recursos ficam concentrados, mais uma vez, nas mãos de poucos (SOARES, 2003).

O ideário neoliberal, juntamente com a ideologia capitalista, estimula uma ação cada vez mais individualista sustentada pelas relações de mercado, fazendo com que os indivíduos busquem pelo que é imediato, pelo consumo excessivo e pela satisfação de sua própria vontade.

Rummert (2000, p. 56) afirma:

O apelo neoliberal encontra força de expansão na ansiedade gerada por esse conflito porque oferece a possibilidade de que cada um atinja o desejado aqui e agora, independentemente do outro, do coletivo, dos limites e condicionantes postos pelas lutas sociais.

As incertezas que a sociedade traz de não se ter garantido o emprego, de não saber se os estudos que estão sendo feitos servirão de alguma forma para o futuro, todas essas dúvidas causam frustrações e medo do que é garantido ou não.

Schilling (2004, p. 15) afirma:

A violência da criminalidade urbana – que golpeia com indiferença, que é indiferente ao comportamento de sua vítima – desmente cotidianamente a possibilidade de vivermos com essa garantia essencial.

Além disso, outro aspecto que interfere no conjunto das relações sociais e diretamente no comportamento das pessoas é a exclusão social gerada pelo capitalismo. Quando o indivíduo sente-se excluído por qualquer motivo, manifesta-se de diferentes maneiras para tentar ser incluído. E é considerado excluído não pelo fato de ser desigual ou diferente, mas por não ser semelhante ao modelo de pessoa, ou não consumir as mercadorias que a sociedade espera.

[...] com a globalização ocorre uma metamorfose do sistema de desigualdade social no capitalismo para um sistema de exclusão social. Neste novo cenário, as lutas sociais relevantes serão pela inclusão social de setores sociais que antes eram excluídos por estarem em desigualdade socioeconômica e que agora estão excluídos também por suas desigualdades socioculturais (GOHN 2008, p. 11),

As manifestações agressivas das pessoas contra essa sociedade excludente e selecionadora são interligadas ao desejo do sentimento de inclusão nesta mesma sociedade. Martins (2003, p. 11) afirma que “[...] a sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação”. E continua dizendo:

Manifestam-se, também, nas estratégias de sobrevivência por meio das quais os pobres teimam em fazer parte daquilo que não os quer senão como vítimas e beneficiários residuais de suas possibilidades (MARTINS, 2003, p. 10-11)

Para entender melhor essa proposição, é preciso entender as atribuições da sociedade capitalista quando se refere a indivíduos sociais. Esta sociedade está cada vez mais incluindo entre as pessoas o desejo de superar o próximo para atingir seu bem maior. Quando essa concorrência acontece entre as pessoas, elas se tornam mais individualistas, pois tendem a procurar atingir apenas seus objetivos, independentemente se atingirão negativamente ao outro ou a uma população inteira.

Trata-se da distribuição equitativa dos benefícios sociais, culturais e políticos que a sociedade contemporânea tem sido capaz de produzir, mas não tem sido capaz de repartir. A questão é muito mais social do que econômica. (MARTINS, 2003, p. 10)

A exclusão que a sociedade capitalista impõe coloca as pessoas diante de um conjunto grande de incertezas em relação à sociedade contemporânea e à capacidade de sair do abismo que elas representam, incluindo uma visão pessimista e sem saída da realidade social dos dias atuais. Este processo de exclusão faz com que parcelas da população sejam banidas e descartadas. Desta maneira, a sociedade perde sua característica de mobilidade social e, sobretudo, de ascensão social. A promessa de integração e da igualdade segundo seus méritos, propalada pelo capitalismo, vem se firmando como a sociedade da incerteza e do medo. Medo este de tornar ninguém a coisa alguma, de ser descartado e banalizado (MARTINS, 2003).



A exclusão moderna é um problema social porque abrange a todos: a uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos. A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm trabalho e, sobretudo, não têm esperança (MARTINS, 2003, p. 21).

Neste sentido, as pessoas que estão às margens dessa sociedade excludente e seletora tendem a refletir sentimentos de angústias e aflições num jeito de revolta contra a realidade na qual se encontram inseridas.

Excluído e exclusão são projeções de um modo de ver próprio de quem se sente e se julga participante dos benefícios da sociedade em que vive e que, por isso, julga que os diferentes não estão tendo acesso aos meios e recursos a que ele tem acesso. No limite, podem usar meios ilícitos para obter os recursos de que necessitam para integrar-se: o tráfico, o roubo, a violência, os meios transgressivos de participação, entre outros. A própria vítima regenera rapidamente aquilo que falta se situar interpretativamente na realidade que parece empurrá-la para fora, excluí-la (MARTINS, 2003).

As pessoas que estão inseridas nesta sociedade capitalista, em que predomina a geração de riquezas, a individualidade, a ruptura de qualquer vínculo afetivo entre as pessoas e a competição existente entre eles para uma melhor ocupação no mercado de trabalho, faz com que os serviços públicos prestados à comunidade sejam precarizados e o Estado diminua sua participação na oferta desses serviços, esperando assim que a população seja a única responsável por suprir suas necessidades, o que será discutido no próximo subtema.

## 2.2 O PAPEL DO ESTADO NO ATUAL CENÁRIO DE PRECARIZAÇÃO SOCIAL

O Estado possui estrutura essencial para atingir os objetivos almejados pelo modo de produção vigente: o capitalismo. Na atual estrutura ele é imprescindível para a implementação da política neoliberal. Ele não é mais o único articulador entre políticas e povo e passa a ser regente de interesses financeiros com economistas que visam ao lucro e à maior produtividade.

Governar tornou-se [...] sinônimo de ser compatível com as regras e exigências dos banqueiros internacionais. As instituições públicas perderam força, capacidade de regulação e integração. [...] Ocorre a perda do espaço público e um crescimento dos espaços da vida privada e das organizações voluntárias; o espaço das instituições públicas passa a ser ocupado pelas organizações financeiras internacionais e pela mídia (GOHN, 2008, p. 10).

No cenário do capitalismo contemporâneo, aponta-se que a ação do Estado atenda de modo especial aos grandes conglomerados, ou seja, às empresas que possam trazer maior lucro para a sociedade. Em decorrência disso, investe na sua expansão e acúmulo de capital, mas não atende às necessidades da população, que é excluída pelo avanço do capitalismo, agora mundializado.

Este tipo de governo neoliberal aumenta as taxas de juros, baixa os impostos sobre os rendimentos altos, cria níveis de desemprego massivos, corta gastos sociais e lança um amplo programa de privatização. Mesmo os governos de esquerda que tentaram implantar estratégias diferentes dos neoliberais, como o caso de Papandreou, na Grécia, ou Mirretand, na França, com esforços para realizar uma política de deflação e redistribuição, de pleno emprego e de proteção social, se viram forçados pelos mercados financeiros internacionais a mudarem seu curso dramaticamente e reorientar-se para fazer uma política muito próxima à neoliberal, com prioridade para estabilidade monetária, a contenção do orçamento, concessões fiscais aos detentores de capital e abandono do pleno emprego (ANDERSON, 1995).

A ideologia neoliberal faz com que as responsabilidades do Estado sejam desregulamentadas no âmbito das políticas públicas em questões como educação, combate à pobreza, crescimento sustentado, desenvolvimento de novas tecnologias, entre outros. Draibe (1993) afirma que a ideologia neoliberal projeta uma cultura despolitizada, movidas pela busca de soluções ágeis e eficientes.

O investimento nos recursos humanos e, em consequência, o reforço às políticas sociais de educação, saúde e infra-estrutura social voltaram a fazer parte da agenda de reformas e de redirecionamento do gasto social, mesmo daquelas do neoliberalismo. Ainda pouco explícita, esta ênfase parece reverter, em parte, as teses sobre diminuição do papel do Estado, de um lado, e focalização e seletividade, de outro, pelo menos no que se refere à educação e à saúde (DRAIBE, 1993, p. 93).

Não se pode esquecer que a ideologia neoliberal é propagada por economistas e capitalistas, que visam o lucro e a competitividade no mercado de trabalho livre para consumo e concorrência. Em outros termos, o neoliberalismo defende a ideia de cada indivíduo ser livre para consumir qualquer produto que

julgue ser necessário. O mercado é a combinação dos planos e atividades individuais de produtores e consumidores. Hayek (*apud* ANDERSON, 1995) dizia que o igualitarismo destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência. Argumentava que a desigualdade era um valor positivo.

Neste sentido, para atender à demanda de oferta desses produtos a serem consumidos, acontece a mercantilização de serviços públicos como a educação, com as escolas particulares; a saúde, com a venda de planos de saúde; a segurança, com tecnologias cada vez mais avançadas de alarmes, travas e blindados, entre outros.

O Estado, dentro dessa lógica neoliberal, permanece no papel de Estado mínimo uma vez que a redução de suas funções é o principal objetivo a ser atingido por essa ideologia. O neoliberalismo foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 1995, p. 9).

Os neoliberais criticam a forma estatizada de oferta dos serviços sociais para assim substituir parte dos bens e serviços públicos e gratuitos por alocação direta de recursos em dinheiro. Essa forma de alocação de recursos aumenta os argumentos do ideário libertário e autonomistas contemporâneos. Ou seja, sugerem uma ampliação da liberdade dos indivíduos e das famílias para buscarem a alternativa de serviço social que lhes agradar. Garantido isso, estariam os indivíduos e as famílias livres para escolherem as prioridades, as formas e os tipos de serviços que lhes parecem os mais necessários e convenientes, “comprando-os” onde estiverem e de quem, sob sua perspectiva, melhor os vender (DRAIBE, 1993).

A autora segue afirmando:

[...] a proposta neoliberal significa o corte no gasto social e a desativação dos programas sociais públicos. A ação do Estado no campo social deve ater-se a programas assistenciais – auxílio à pobreza – quando necessários, de modo complementar à filantropia privada e das comunidades (DRAIBE, 1993, p. 90).

Para os neoliberais, o Estado deveria oferecer tão-somente aos desfavorecidos um certo grau de segurança social, a política social sendo apenas complementar àquilo que os indivíduos não puderem solucionar via mercado ou através de recursos familiares e da comunidade. Formas todas de conceber um

mínimo de auxílios aos necessitados.

Inseridos numa realidade de capitalismo e liberdade de mercado, as pessoas são responsáveis pelo exercício da vontade individual. Por esta razão, o Estado não deve intervir no mercado, pois assim os programas sociais seriam um modo de ameaça a essa vontade individual.

Para Friedman (*apud* DRAIBE, 1993), é o próprio Estado de bem-estar social o responsável por muitos males que fazem parte da crise econômica, pois o financiamento em políticas públicas causa as seguintes perversões:

[...] a ampliação do déficit público, a inflação, a redução da poupança privada, o desestímulo ao trabalho e à concorrência, com a conseguinte diminuição da produtividade, e até mesmo a destruição da família, o desestímulo aos estudos, a formação de “gângues” e a criminalização da sociedade (FRIEDMAN, *apud* DRAIBE, 1993, 90).

É notório que os economistas, permeados pelos ideais neoliberais e capitalistas, tendem a defender e almejar por produtividade e lucratividade com baixos gastos. Neste sentido, qualquer impedimento para que se atinjam esses objetivos tende a ser admitido como não promissor, sob acusação de populismo, desperdício etc. Porém, não se pode deixar de lembrar que as políticas e programas do Estado de bem-estar social vieram corrigir situações de desigualdade, pobreza e perda de renda, exatamente aquelas tipicamente geradas pela economia de mercado, nas suas naturais oscilações e crises (DRAIBE, 1993). Desta forma, “[...] o crescimento na taxa de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente [...] pelo menos duplicou na década de 80” (ANDERSON 1995, p. 15).

O grau de desigualdade, objetivo do neoliberalismo, aumentou significativamente com as diferenças entre os salários menores com os mais altos. Enfim, em relação a todos esses itens, deflação, lucros, empregos e salários, pode-se dizer que o programa neoliberal mostrou-se realista e obteve êxito.

Passou-se a defender que o campo de atuação do Estado na área social estaria voltado às camadas da população consideradas mais vulneráveis socialmente, ou seja, políticas sociais focalizadas, atuando apenas nas consequências sociais mais extremas geradas pelo modelo econômico adotado. Sendo assim, os problemas relativos à educação, a política de amparo à pobreza absoluta, habitação, saúde, atividades culturais etc., tendem a cada vez mais serem empenhadas na solução privada e setORIZADA de organizações não-governamentais

que submetem às exigências do mercado (MORAES, 2001).

As políticas sociais, no Brasil, foram historicamente desenvolvidas em um contexto de muita contradição, marcado pela desigualdade no acesso e na extensão e pelo caráter fragmentário, setorial e emergencial na sua execução. Somente na Constituição de 1988 é que se propõe a cobertura mais ampla, universal, para determinadas políticas sociais, o que representa um avanço significativo no que se refere ao padrão brasileiro de proteção social até então vigente (OLIVEIRA e DUARTE, 2005).

Contudo, as políticas públicas têm seu foco no atendimento das populações mais vulneráveis, sob a justificativa de não haver recursos suficientes para o atendimento de toda a população. Pode-se destacar três características fundamentais com as quais Oliveira e Duarte (2005) contribuem para explicitar a perspectiva das políticas públicas no contexto social atual. Em primeiro plano, as autoras destacam que as políticas públicas são minimamente para atingir o objetivo de garantir às populações mais pobres os serviços de necessidade e infraestrutura social. Perde-se assim o caráter universal, pois atendem apenas a um grupo pequeno de pessoas que são consideradas mais vulneráveis. Em seguida, destacam as políticas sociais como assistência, benfeitorias e privatizadas. Isso quer dizer que as camadas médias vão abandonar o setor público para voltar-se ao setor privado. Por último, são descentralizadas e recorrem à participação da população, ou seja, a busca pela caridade e apoio comunitário, bem como oferta de atividades voluntárias para a realização dessas políticas.

Esta estratégia parte do reconhecimento de que a pobreza, o não-acesso de vastas camadas da população a bens e serviços básicos, agravou-se, constituindo hoje entrave à modernização das economias. A eliminação da pobreza, a diminuição dos graus mais gritantes de desigualdade e a ampliação do acesso das camadas desfavorecidas aos benefícios do crescimento econômico constituem também condições de estabilidade política, uma vez que a erradicação da pobreza que retarda o progresso e introduz instabilidade política passa a ser denominada de “modernização neoliberal” (DRAIBE, 1993).

As ideias neoliberais perpassam grandes exigências também apontadas por Moraes (2001, p. 35):

[...] privatizar empresas estatais e serviços públicos, por um lado; por outro, 'desregulamentar', ou antes, criar novas regulamentações, um novo quadro legal que diminua a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados. O Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas em que indevidamente se metera e deixar a cargo da disciplina do mercado as atividades regulatórias que em vão tentaram estabelecer.

Descentralizar, privatizar e concentrar os programas sociais públicos nas populações ou grupos carentes parecem ser os vetores estruturantes das reformas de programas sociais preconizados pelo neoliberalismo.

A descentralização seria o modo de aumentar a eficiência e a eficácia dos gastos, pois aumenta as possibilidades de os recursos serem utilizados como financiamento das atividades sociais, bem como amplia a utilização de formas alternativas de oferta de serviços.

A focalização significa o direcionamento do gasto social a programas e a públicos-alvo específicos, seletivamente escolhidos pela sua maior necessidade e urgência.

A privatização desloca a produção de bens e serviços públicos para o setor privado lucrativo como forma de aumentar a progressividade do gasto público.

Usando-se desses três vetores da estrutura neoliberal, coloca-se em confronto o ideário universalista, que concebe direitos dos cidadãos à educação, à saúde, à habitação, à previdência e assistência social, garantidos principalmente pelo Estado provedor, contra o receituário neoliberal com os princípios de seletividade e focalização das ações públicas sobre os segmentos mais necessitados da população.

[...] é como se estivéssemos passando de uma concepção do tipo 'das tudo cada vez mais a todos' – uma forma de expressar a visão universalista, associada a direito social – à expressão "dar mais a quem tem menos", modo de exprimir prioridade à população carente, seletivamente escolhida pelo foco da política e dos programas sociais (DRAIBE, 1993, p. 98).

Com esta forma de conceber a sociedade e a distribuição de bens e serviços, acirra-se a desigualdade social, pois de um lado cria-se um sistema privado de serviços sociais de alto nível, financiados pela população de maior renda. De outro, estabelece um sistema estatal de assistência social, onde se investe pouco, já que a maior parte dos recursos financeiros está sendo usada pelas pessoas que podem pagar pelo benefício, e está permeado pela qualidade baixa direcionando para a população de baixa renda.

É assim que surgem os programas de emergência, pois programas dirigidos

à população pobre tendem a se tornar inadiáveis, até porque se constituirão também em mecanismos de alívio às tensões e um modo de evitar convulsões sociais mais sérias. Seria uma forma de evitar que a população se manifeste contra o Estado, aceitando a miserável esmola de programas sociais que ele oferta.

Porém sabe-se que esta maneira de conceber não leva à erradicação da pobreza, pois não atinge a raiz do problema. Serve apenas para acalmar, por assim dizer, os ânimos da população, que vê os programas de entrega de leite gratuito, vale gás, e tantos outros uma forma de minorar as mazelas sociais a que está sujeita uma parcela expressiva da população brasileira.

### 2.3 O SUJEITO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Percebe-se que a sociedade está em constante mudança, principalmente no que se diz respeito às relações familiares e sua organização e a escola sofre com os efeitos dessas mudanças. As pessoas ficaram mais autônomas, independentes, individualistas, o que gerou um afastamento das relações estabelecidas socialmente.

Os valores atribuídos aos laços duradouros já não possuem o mesmo poder e importância como outrora foi. Hoje, na sociedade capitalista, o que impera são as formas de obtenção de lucro e renda; a busca por melhores padrões de vida; a aproximação de pessoas que podem trazer qualquer benefício para a vida. Ou seja, aqueles que regem toda a sociedade são os que possuem maior poder aquisitivo e um montante financeiro Gohn (2008, p. 10) afirma:

[...] trata-se não de uma sociedade com regras de integração/desintegração, mas de uma sociedade com normas pontuais de inserção social segundo as prioridades dos que detêm o capital especulativo-financeiro internacional.

Tais mudanças atribuem valor às coisas materiais e instantâneas e tiram a atenção daquelas que são permanentes, ou seja, as próprias relações sociais. Sobre o tema, Schilling (2004, p. 20) afirma: “Hoje, na sociedade da insegurança, da incerteza, da quebra de garantias, investe-se no indivíduo, no corpo, nas tarefas práticas que dividam o grande medo em pequenos pedaços”.

Todo esse caminho que a sociedade percorre para tentar entender as práticas muitas vezes agressivas da juventude está se refletindo cada vez mais nas

escolas. Professores e profissionais da educação buscam entender as especificidades desses acontecimentos, como as causas, efeitos e consequências de atos violentos em sala de aula. Uma vez inserido numa sociedade capitalista que visa o lucro, a competitividade e o egoísmo, a construção de personalidade do aluno baseia-se na suficiência de suas vontades e desejos. Quando se depara com instituições que possuem regras e são necessárias abordagens de limites para sua educação, este não aceita as condições que são estabelecidas e demonstra sua frustração através de atos e comportamentos que vão contra essas regras pré-estabelecidas. É quando acontecem atos indisciplinados na escola ou vandalismos na sociedade em geral.

As mudanças destacadas acima estão relacionadas com um modelo de sociedade na qual as relações nas suas diferentes perspectivas estão pautadas numa lógica capitalista. Sendo assim, perde-se também o valor de laços afetivos duradouros, pois o que se torna mais importante é a suficiência em desejos instantâneos.

Hidalgo (2004, p. 104) afirma:

As dificuldades para o estabelecimento de laços duradouros deixam os trabalhadores mais vulneráveis aos atrativos do mercado consumidor, aos desejos e necessidades do consumo, substituindo, de certo modo, a necessidade de relações de solidariedade coletiva.

Este princípio de competitividade denota outra situação entre os indivíduos: a necessidade de acumular riquezas, de lucratividade e de ascensão social, e um sentimento de instabilidade constante, onde os trabalhadores lutam para conseguir um lugar no mercado de trabalho e sua frustração decorre da diferença entre os incluídos e excluídos. Daí o sentimento de incapacidade quando não se consegue o emprego que se deseja ou adquirir a mercadoria que lhe é imposta pela sociedade de consumo. As desigualdades se expressam tão somente à maior ou menor capacidade de cada um obter o sucesso (RUMMERT, 2000).

Isso faz com que a sociedade divida os indivíduos em duas grandes classes: os *incluídos*, que aceitam tais condições, e os *excluídos*, que são vistos assim não por terem ido contra essa lógica excludente, mas por não atenderem às exigências do mercado. Naturaliza-se, assim, a premissa de competitividade entre as pessoas, e quando não atingem o emprego desejado, são incapazes e excluídas.



Hidalgo (2004, p. 46) destaca que:

É nesse quadro que a classe operária vivencia [...] uma crise [...] marcada pela **desestruturação do sentido de coletividade construído desde o final do século XIX**, a partir do predomínio do 'nós' sobre o 'eu'. (*grifo nosso*)

A lógica mercadológica visa à máxima produtividade, em função de um único objetivo: lucratividade máxima. Isso acontece quando se explora a força de trabalho e diminui a coletividade. Na empresa capitalista, o objetivo é a produção de valor. É o local por excelência em que se concretizam as relações de exploração do trabalho pelo capital, contornam os princípios da competitividade, dá cooptação, do individualismo, do controle e da fragmentação entre concepção e execução. (HIDALGO 2004).

O dinheiro e o acúmulo de capital passa a ter maior importância do que as relações com o outro. Uma vez que o homem precisa competir com o próximo no mercado de trabalho, cresce o ideário individualista e gera-se a violência.

Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, convidando também a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão (SANTOS, 2000, *apud* HIDALGO, 2004, p. 49).

Nesta perspectiva, ao invés de promover uma igualdade entre as pessoas e entre as regiões do país, o que se vê é uma crescente ampliação das distâncias e das desigualdades entre eles, cujas causas, de acordo com Soares (2003), está na má distribuição de renda entre as classes sociais, onde permanece o acúmulo de capital nas mãos de poucos e a miséria e a fome na realidade da grande maioria. A autora complementa sua análise evidenciando a realidade brasileira:

[...] seja qual for o indicador escolhido, o Brasil assume a liderança como país com a *pior distribuição de renda*, algumas vezes acompanhado pela Colômbia. Assim, verifica-se que 25% dos domicílios mais pobres se apropriam de apenas 5% da renda, enquanto os 10% mais ricos ficam com 43%. (SOARES, 2003, p. 45-46). (*Grifos no original*)

Enquanto prevalecerem os ideais neoliberais e capitalistas de lucratividade a qualquer custo, de precarização das ofertas de políticas sociais, da má distribuição da renda e a competitividade no mercado de trabalho, as pessoas estarão à mercê da vontade dos possuidores de bens e serviços, e deixando de ser atendidas de maneira significativa, sua frustração e seu sentimento de incapacidade se refletirão em qualquer instituição que queira colocar regras e limites para que as práticas aconteçam de maneira organizada.

Diante desta realidade não é possível fazer uma análise consistente sobre as causas da indisciplina e da violência na escola sem ter esses elementos sociais como ponto de partida, pois se pode incorrer no risco de elaborar uma análise superficial, sem buscar as raízes do problema e as contradições geradas. Assim sendo, na sequência, passa-se a refletir sobre os diferentes conceitos de indisciplina.

### **3 INDISCIPLINA: REFLEXÕES ACERCA DE SEU CONCEITO**

Conforme já destacado anteriormente, para a compreensão de comportamentos de alunos indisciplinados na escola é necessário observar as questões sociais, econômicas e políticas que dão origem à disciplina e à violência presentes no atual contexto social e suas manifestações no espaço escolar. Muitos autores, como Santos (2002), salientam a desigualdade social como uma das origens estruturais da violência. Deve-se destacar a desigualdade social e a segregação urbana que produzem uma exclusão social, marcada pelo desemprego, pela precarização do trabalho, salários insuficientes e por deficiências no sistema educacional.

Muitas vezes, os atos de violência representam estratégias de sobrevivência dos jovens. A chamada violência juvenil atual pode ser vista como uma das estratégias de reprodução ou de sobrevivência de setores excluídos, principalmente das gerações mais jovens.

Insatisfação e falta de expectativas marcam as gerações de crianças e jovens de famílias pobres, ou seja, um abismo entre o que se aspira como qualidade de vida e as possibilidades reais de alcançá-las. Localiza-se nas classes populares pobres uma carência de bens materiais que se expressa na pobreza, na desigualdade, na marginalização, na exclusão e no desemprego, e, por consequência, leva-os a cometer delitos e também a reagir frente a essa realidade.

Segundo Santos (2002), tais manifestações de violência urbana revelam que, na vida cotidiana, realiza-se uma condensação entre o mal-estar da pós-modernidade, violência simbólica, sentimento de insegurança e sentimento de medo, manifestados de diferentes formas.

Para entender melhor essas diferentes abordagens da indisciplina, procurou-se imprimir neste capítulo uma breve análise das concepções de indisciplina destacando as diferentes abordagens teóricas que lhe dão sustentação.

### 3.1 AS MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO DAS PESSOAS INSERIDAS NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A atual realidade denominada por alguns teóricos de pós-modernidade<sup>2</sup> apresenta mudanças no comportamento das pessoas. Como aponta Gómez (2001), uma das consequências que afeta os comportamentos das pessoas, inseridas em determinada sociedade capitalista, é a perda de fundamentos da racionalidade. As pessoas que permanecem numa sociedade capitalista tendem a seguir suas premissas e perdem a razão que as fazem serem seres humanos. Reproduzem os ideários presentes nesta sociedade e deixam de lado as preocupações coletivas e a solidariedade. Principalmente no ambiente capitalista, tendem a buscar o lucro e o sucesso particular mesmo que para isso seja necessário suprimir o bem comum. A única verdade que permanece é a imagem, representada e interpretada pelos grupos de poder. Ou seja, esses grupos impõem o pensamento dominante e espera que seja obedecido pelos demais. Assim pode-se manipular para atingir seus objetivos de lucratividade.

Com a desigualdade presente entre proprietários dos meios e instrumentos de produção e vendedores da força de trabalho, surge a crise entre as pessoas, gerando comportamentos de competitividade e individualismo, pois os proprietários pensam somente na concentração de riqueza e no lucro.

Frigotto (2003, p. 64) afirma:

Em lugar da suposta tendência ao equilíbrio e à igualdade dos agentes econômicos, trata-se de um sistema que, pela concorrência sob forças e poder desiguais, conduz à acumulação, concentração e centralização de capital. Ao capitalista interessa produzir o máximo de mercadorias que condensem o máximo de mais-valia.

Sendo assim, Gómez (2001) afirma que as pessoas perdem a fé no progresso, pois já não conseguem crer na possibilidade de desenvolvimento ilimitado da sociedade. O pragmatismo passa a ser forma de vida e de pensamento.

---

<sup>2</sup> Em 1979, Jean François Lyotard lançava o livro *O pós-moderno*, termo que **designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX**. Segundo alguns pensadores, tais características levadas ao extremo teriam propiciado o predomínio de comportamentos guiados pelos imperativos da razão sobre a emoção, do interesse particular sobre o coletivo, da ordem do método sobre a função da vida, da vantagem pessoal e do lucro sobre a solidariedade e o bem comum, resultando em uma organização social apática frente à exploração, assumidos como valores universais.

A vida das pessoas passa a ter pretensões e perspectivas mais modestas. Busca-se o prazer e a satisfação de suas vontades sem preocupar-se nem sobre qual caminho percorrer até atingir esse objetivo e nem suas consequências. Parece evidente que os interesses que terão prioridade serão da classe dominante. Diz o autor:

Os interesses privados parecem necessariamente em confronto com os interesses públicos, a liberdade individual com a identidade coletiva, a primazia criativa do mercado com o valor social e a garantia das instituições (GOMÉZ 2001, p. 31).

Ainda sobre as consequências deste modelo econômico que interfere no comportamento das pessoas, Gómez (2001) destaca o desencanto e a indiferença. As pessoas já não têm certeza se o saber que possuem será útil para o futuro. Ficam sem horizonte definido, aprendem a viver na incerteza. Isso remete à indiferença e ao cinismo, que geram conseqüentemente o comportamento de aproveitar a injustiça em benefício próprio. Excluem-se assim aqueles que não atendem aos interesses dos grupos de poder. Este é um sistema que “[...] tende a reproduzir como mercadoria a força de trabalho no seu processo reprodutivo global e a excluir tanto a força de trabalho excedente quanto capitalistas (in)concorrentes. (FRIGOTTO, 2003, p. 64)”.

A produção no processo capitalista possui um caráter de acumulação, concentração e centralização do capital. Ou seja, de um lado percebe-se o acúmulo do capital nas mãos de poucos. Do outro lado, a massa populacional que vende sua força de trabalho, é excluída da distribuição de riqueza, e recebe o mínimo para manter a sobrevivência. “[...] mesmo com mais de dois terços da humanidade passando fome ou morrendo de fome, a crise do capital é, hoje, de superacumulação estatalmente regulada” (FRIGOTTO, 2003, p. 65)”.

Neste contexto, percebe-se o aumento de comportamentos individualistas, realidade explícita diante da apatia das pessoas frente à exclusão, à miséria e situações de fome e de indigência, uma vez que só tem prioridade satisfazer seu bem e acumular riqueza para benefício próprio, sem se preocupar com o próximo. Isso remete à reflexão de que a crise violenta enfrentada pela sociedade não advém de fatores exógenos<sup>3</sup>, mas justamente do caráter contraditório do processo

---

<sup>3</sup> Caráter exógeno diz respeito ao que está fora de algo estabelecido, no caso, a sociedade. A violência presente nesta sociedade não pode ter suas raízes atribuídas a fatores que estão fora do contexto social. Pelo contrário, se a sociedade está produzindo violência, são fatores que estão relacionados a ela mesma.

capitalista de produção.

Com o individualismo e a superacumulação do capital nas mãos de poucos, as pessoas não se preocupam mais com o bem-estar do próximo. Tendem a manifestar comportamentos que fogem dos padrões que imperam. Roubam e violentam para suprir aquilo que não deveria ter faltado. Não são assistidos pelo Estado, vivem à margem desta sociedade capitalista e sentem-se excluídas dos bens oferecidos, como saúde e educação.

Se a Constituição reza que todos têm direitos e deveres iguais, o que leva a pensar que as pessoas que vivem na miséria devem enfrentar filas nos postos de saúde enquanto a classe média é atendida em hospitais particulares construídos muitas vezes com dinheiro do Estado?

Se não são assistidos pelo Estado, se trabalham em vão, se sabem que não vão conseguir prosperar, se perdem a expectativa do diploma, tendem a suprir suas necessidades buscando alternativas que nem sempre estão de acordo com as regras impostas pela sociedade. Por outro lado, se não há preocupação com o bem-estar comum, roubar, violentar, extorquir e até matar transforma-se em banalidade. E é nesse cenário que muitas crianças chegam à escola.

Neste contexto, a indisciplina manifesta-se fora e também no interior da escola e tende a demonstrar algo que pode não estar adequado no mundo do aluno considerado indisciplinado. A realidade social interfere nos comportamentos e também no desenvolvimento pessoal do aluno e na construção do conhecimento, pois ele reflete criticamente sobre uma realidade na qual se percebe não bem posicionado para superar os ideais de discriminação e atingir, quem sabe, a igualdade de direitos entre todos.

As desigualdades sociais, as frustrações que a sociedade capitalista gera nos indivíduos, o sentimento de competição e individualismo, tudo isso faz com que o aluno desenvolva o sentimento de estar em constante conflito, seja com o contexto ou com o grupo social no qual está inserido, seja com as regras estabelecidas na escola ou com o professor. Sendo assim, torna-se necessário compreender que, por trás das manifestações agressivas e muitas vezes violentas dos alunos, há inúmeros aspectos que devem ser levados em consideração na discussão acerca da indisciplina.

### 3.2 DOS DIFERENTES CONCEITOS DE INDISCIPLINA

Inicialmente, cumpre destacar que a indisciplina está sempre relacionada ao comportamento do indivíduo que foge das normas e padrões estabelecidos pela instituição. Sendo a escola um lugar de relações interpessoais, espera-se que os indivíduos mantenham uma forma padronizada de comportamento para que essa relação ocorra de maneira sadia.

A fim de aprofundar a discussão, cabe iniciar com o conceito primordial que o dicionário traz em relação à palavra indisciplina: “Indisciplina: Procedimento, ato ou dito contrário à disciplina; desobediência; desordem; rebelião.” (FERREIRA, 1986, p. 938).

Pode-se recorrer ainda às seguintes definições de disciplina:

1. Regime de ordem imposta ou livremente consentida. 2. Ordem que convém ao funcionário regular duma organização (militar, escolar, etc.). 3. Relações de subordinação do aluno ao mestre ou ao instrutor. 4. Observância de preceitos ou normas. 5. Submissão a um regulamento. 6. Qualquer ramo do conhecimento (artístico, científico, histórico, etc.). 7. Ensino, instrução, educação. 8. Conjunto de conhecimentos em cada cadeira dum estabelecimento de ensino; matéria de ensino (FERREIRA, 1986, p. 595);

Conforme se observa, o dicionário traz indisciplina como algo contrário à disciplina, ou seja, a uma ordem consentida por ambas as partes, aquilo que mantém o bom funcionamento de certa organização, mesmo que para isso seja necessária certa subordinação de um para com o outro. Trata-se disciplina como regra ou imposição dada por determinada pessoa para que a outra obedeça de forma submissa.

A compreensão da indisciplina que se reflete na escola pressupõe compreender as várias concepções que estão correlacionados com o tema.

Dentre as dimensões conceituais, pode-se destacar, com base em Aquino (1996), as de caráter psicológico, institucional ou social, concepções que sustentam as diferentes caracterizações apresentadas pelos profissionais da educação e até mesmo os pais.

Segundo Aquino (1996), a perspectiva de caráter psicológico pressupõe reduzir a indisciplina a algo meramente individualizado, ou seja, o aluno indisciplinado seria o único responsável pelo comportamento agressivo ou anormal apresentado em determinadas circunstâncias. Isso remete a pensar que ele precisa

de tratamentos psicológicos, de cuidados da área da saúde mental e psíquica ou mesmo de controle de sentimentos através de medicamentos. Porém, a questão da indisciplina não pode resvalar para este reducionismo psicológico.

Aquino (1996, p. 45) complementa:

Numa perspectiva genericamente psicológica, a questão da indisciplina estará inevitavelmente associada à ideia de uma carência psíquica do aluno. Entretanto, vale advertir desde já que o fenômeno não poderá ser pensado como um estado ou uma predisposição particular, isto é, um atributo psicológico individual (e, no caso, patológico), mas de acordo com seus determinantes psicossociais, cujas raízes encontram-se no advento, no sujeito, da noção de autoridade.

No segundo caso, a indisciplina institucional basicamente referir-se-ia ao fato de concordar que a própria instituição não atende àquilo que o aluno espera, e, com isto, denota uma inquietação por parte deles. A prática pedagógica, a expectativa dos professores quanto ao comportamento disciplinado dos alunos ou mesmo o desrespeito do pensamento discente poderiam colaborar para a revolta e para um desejo de mudança dessa estrutura escolar por parte dos alunos.

Por último, a indisciplina com caráter social seria o entendimento do coletivo e das propostas da sociedade para compreender como se reflete as desigualdades e má distribuição de renda na escola e no comportamento dos alunos. Porém, conforme afirma Aquino (1998, p. 8) “[...] uma combinação de tais perspectivas também pode surgir como alternativa à compreensão de determinada situação escolar de caráter conflitivo”.

### 3.3 AS CONCEPÇÕES DE INDISCIPLINA NUMA VISÃO PSICOLÓGICA: UMA RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL

Algumas perspectivas teóricas atribuem o enfoque dado ao problema da indisciplina em sala de aula ao comportamento do aluno. É ele o único responsável e causador de situações consideradas anormais no dia-a-dia escolar. São levadas em consideração as características pessoais dos alunos, dentre as quais destacam-se distúrbios psiquiátricos, neurológicos, de personalidade, entre outros, o que leva a concluir que independem do meio em que estão inseridos.

Pode-se destacar dentro desta perspectiva as ideias de França (1996), que



afirma ser um ato indisciplinado o resultado das próprias paixões, como uma vontade interna do sujeito. É uma forma de linguagem para expor o seu interior, suas vontades e desejos.

O conceito de indisciplina presente nesta perspectiva pode ser esclarecido da seguinte forma:

Entende-se o ato indisciplinado como aquele que não está em correspondência com as leis e normas estabelecidas por uma comunidade, um gesto que não cumpre o prometido e, por essa razão, imprime uma desordem no até estão prescrito. Portanto, comportar-se com decoro implica, necessariamente, decisões éticas e políticas, ou seja, um trabalho sobre si mesmo que é, ao mesmo tempo, análise histórica dos limites que o mundo apresenta e experimentação das possibilidades de ultrapassá-los (FRANÇA 1996, p. 139).

Este tipo de compreensão leva a pensar que a manifestação de maior ou menor indisciplina no cotidiano escolar está relacionada aos traços de personalidade de cada aluno. Atribui-se a responsabilidade à própria criança ou adolescente, deixando transparecer uma concepção de desenvolvimento inatista<sup>4</sup>.

Busca-se maior aprofundamento em Rego (1996, p.89), quando a autora destaca que:

Em outras palavras, entendem que as características individuais são definidas por fatores endógenos, independentes, portanto, da aprendizagem e das influências do universo cultural. Os traços comportamentais de cada aluno não poderão ser modificados pois já estão definidos desde o nascimento, fazem parte da “natureza de cada indivíduo”. Consequentemente, a experiência escolar não tem nenhum poder de influência e interferência no comportamento individual.

A maioria dos alunos que demonstram qualquer tipo de atitude violenta ou que fogem da normalidade são encaminhados à uma consulta com profissionais da área da psicologia para a busca de uma resposta ao comportamento indesejável. Os próprios alunos não são capazes de avaliar as dimensões de sua inadequação.

Dentre as obras mais lidas por pais e educadores destaca-se Tiba (1996), que discute a indisciplina em uma perspectiva psicológica. Segundo o autor, o aluno que possui certos tipos de distúrbios psicológicos tende a agir de maneira que

---

<sup>4</sup> A abordagem inatista baseia-se na crença de que as capacidades básicas de cada ser humano (personalidade, potencial, valores, comportamentos, formas de pensar e de conhecer) são inatas, ou seja, já se encontram praticamente prontas no momento do nascimento, ou potencialmente determinadas e na dependência do amadurecimento para se manifestar. Nesta visão, o desenvolvimento é pré-requisito para o aprendizado, e o desenvolvimento mental é visto de modo retrospectivo. Essa perspectiva pode trazer uma série de comprometimentos ao fazer educativo, pois entende que a educação pouco ou quase nada altera as determinações inatas. ([http://www.multirio.rj.gov.br/cime/ME31/ME31\\_001.html](http://www.multirio.rj.gov.br/cime/ME31/ME31_001.html). Acesso em out, 2009).

atendam somente às suas vontades. São pessoas que não se incomodam em prejudicar seja quem for para saciar seus desejos. É como se não conseguissem estabelecer critérios internos de valores, de tal modo que todos os meios são válidos para conseguirem o que querem.

Sobre esta perspectiva, Rego (1996) destaca que esse tipo de visão atribui a culpa pelo comportamento indisciplinado ao aluno ou à educação recebida em casa. No que diz respeito à família, a autora destaca que antes estruturada em função dos adultos, passa a ser regida de acordo com as vontades e desejos das crianças. O filho tem a sensação de que não precisa fazer nada porque tudo é realizado ou dado para ele gratuitamente.

A mesma ordem de pensamento, La Taille (1996) destaca que pais e professores demonstram o medo de impor limites às crianças por medo de frustrá-las.

A criança é adulada porque é criança: sua auto-estima já está dada pela própria idade que tem. [...] Os pais engatinham na frente dos filhos, brincam de negar as diferenças e de ser apenas “amigos” de suas progenitoras, escondem seus valores por medo de contaminá-las, aceitam seus desejos por medo de frustrá-las. E o fato acaba por se repetir na escola (LA TAILLE, 1996, p. 22).

Na família, nesta perceptiva também são evidenciadas diferentes visões em relação à educação familiar e os comportamentos indisciplinados refletidos na escola podem ser destacados. Para Aquino (1996, p. 46), a indisciplina seria um “[...] sintoma de relações familiares desagregadoras, incapazes de realizar a contento sua parcela no trabalho educacional das crianças e adolescentes. Um esfacelamento do papel clássico da instituição família [...]”.

Em contrapartida, Rego (1996) afirma ser importante levar em consideração a educação recebida pelos pais em casa. Porém, este não é o único determinante do comportamento indisciplinado do aluno.

É impossível negar, portanto, a importância e o impacto que a educação familiar tem (do ponto de vista cognitivo, afetivo e moral) sobre o indivíduo. Entretanto, seu poder não é absoluto e irrestrito. Uma coisa é aceitar que o que ocorre no ambiente familiar é importante, e outra, bastante diferente, é acreditar que é determinante e irreversível (REGO, 1996, p. 98).

Tentar definir as causas da indisciplina na escola como o resultado somente de uma má educação dos pais com seus filhos seria diminuir-lhe a importância ou culpabilizar alguém. Porém, não é este o caminho para que a indisciplina deixe de fazer parte do universo escolar.

Na maioria das vezes, quando acontece alguma situação de indisciplina, os pais são chamados para que “deem um jeito em seus filhos”. Entretanto, alguns autores dentro desta linha contestam esta perspectiva.

Sobre o assunto, Rego (1996, p. 96) pontifica:

(...) diferentemente das ideias presentes no meio educacional, o comportamento indisciplinado não resulta de fatores isolados (como, por exemplo, exclusivamente da educação familiar, da influência da TV, da falta de autoridade do professor, da violência da sociedade atual etc.), mas da multiplicidade de influências que recaem sobre a criança e o adolescente ao longo de seu desenvolvimento.

Após discutir os determinantes sociais e políticas que dão origem as manifestações de violência e indisciplina, percebe-se que a visão psicológica sobre a indisciplina não é suficiente para o entendimento desta situação que está cada vez mais presente no dia-a-dia escolar. Tal análise retira de foco as verdadeiras causas da indisciplina e individualiza a responsabilidade por sua incidência.

#### 3.4 A IN (DISCIPLINA) COMO REFLEXO DAS IMPOSIÇÕES DA ESCOLA: DA RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL

Uma outra perspectiva de indisciplina é aquela que ocorre nos espaços institucionais, nos quais os alunos não conseguem compreender as regras estabelecidas pela escola, ou ainda quando tais regras não atendem aos interesses dos alunos. Nesta perspectiva, a indisciplina na escola tem algo a dizer sobre o ambiente escolar e sobre a própria necessidade de avanço psicológico e institucional.

Para ampliar a compreensão nesta abordagem, La Taille (1996, p. 10) explica a indisciplina institucional da seguinte forma: “Se entendermos por disciplina comportamentos regidos por um conjunto de normas, a indisciplina poderá se traduzir de duas formas: 1) a revolta contra essas normas; 2) o desconhecimento delas”.

Ainda sobre o conceito de indisciplina, Rego (1996, p. 100) assim se posiciona:

[...] o comportamento indisciplinado está diretamente relacionado a uma série de aspectos associados à ineficiência da prática pedagógica desenvolvida, tais como: propostas curriculares problemáticas e metodologias que subestimam a capacidade do aluno (assuntos poucos interessantes ou fáceis demais), cobrança excessiva da postura sentada, inadequação da organização do espaço da sala de aula e do tempo para a realização das atividades, excessiva centralização na figura do professor (visto como único detentor do saber) e, conseqüentemente, pouco incentivo à autonomia e às interações entre os alunos, constantes uso de sanções e ameaças visando ao silêncio da classe, pouco diálogo etc.

Para a autora, a prática pedagógica é estruturada a partir dos quadros de referência morais e sociais de todos os envolvidos na dinâmica escolar: professores, diretores, alunos, pais, funcionários etc. e dão sentido a suas atitudes e comportamentos (REGO 1996).

Sendo assim, a escola tenta normatizar os alunos, incluindo-os em regras e limites impostos por ela. Contudo, certas regras, quando muito rígidas, podem acabar bloqueando a criatividade e o senso de participação dos alunos, frustrando-os e acarretando numa série de atitudes que vão contra as regras, e que são encaradas pelos professores como ações indisciplinadas.

Guimarães (1996, p. 76) caracteriza esse tipo de atitude da seguinte maneira:

Toda vez que os poderes instituídos neutralizam as diferenças, levando à submissão, à adaptação e deixam de considerar as forças coletivas dos diferentes grupos, há efeitos de ruptura que podem ocorrer tanto frontalmente (as fúrias urbanas, os arrombamentos), como através da *violência banal*, isto é, das resistências passivas que aparentemente se integram ao instituído, mas que, na realidade, se opõem a ele, subvertendo o poder silenciosamente.

E conclui dizendo:

A indisciplina aparece aqui sob todas as formas de conflito que incorporam uma capacidade de resistência dos pequenos grupos e expressam-se quer sob uma aparente submissão, quer através dos excessos de todos os tipos: depredação, pichações, zombarias, riso, ironia, tagarelice. Essas manifestações, que de certa forma delineiam a característica essencial do estar-junto, estariam fundadas no instinto da regra (GUIMARÃES, 1996, p. 77).

Esta prática de tentar homogeneizar os alunos pode ser encontrada nas escolas que acreditam ser essa a maneira mais fácil de educação. Uma vez que os professores acreditam ser igual a postura de todos os alunos, as regras serão mais bem obedecidas e o aprendizado ocorrerá de maneira mais tranquila quando todos são submetidos ao mesmo tratamento pedagógico. Sobre essa realidade, Guimarães (1996, p. 78) evidencia:

A escola, como qualquer outra instituição, está planejada para que as pessoas sejam todas iguais. Há quem afirme: “*quanto mais igual, mais fácil de dirigir*”. **A homogeneização é exercida através de mecanismos disciplinares**, ou seja, de atividades que esquadriham o tempo, o espaço, o movimento, gestos e atitudes dos alunos, dos professores, dos diretores, impondo aos seus corpos uma atitude de submissão e docilidade. (*grifos nossos*)

O autor explica que a indisciplina seria o resultado de uma situação em que professores idealizam o comportamento dos alunos e, em contrapartida, estes são sujeitos diferentes do que se espera. Ela é colocada como um obstáculo para o aproveitamento máximo da escolarização. O aluno precisa estar em um ambiente tranquilo para que sua aprendizagem aconteça de maneira significativa.

Desta forma, a indisciplina e o baixo aproveitamento dos alunos seriam como duas faces de uma mesma moeda, representando os dois grandes males da escola contemporânea, geradores do fracasso escolar, e os dois principais obstáculos para o trabalho docente (AQUINO 1998).

Nas instituições escolares permanece essa lógica do que deve ser, onde o domínio das regras e normas visa uniformizar o comportamento das pessoas. Porém, quando se trata de sujeitos históricos, que são donos de seus próprios conhecimentos, há a lógica do querer viver, que se resume ao fato de querer participar com seu jeito individual de ser, colaborando com o coletivo, porém sem perder sua especificidade (GUIMARÃES, 1996).

Neste caso, de acordo com Aquino (1999, p. 105), é preciso superar a noção arcaica de indisciplina como algo restrito à dimensão comportamental, uma vez que o [...] “bom comportamento nem sempre é sinal de disciplina, pois pode indicar apenas adaptação aos esquemas da escola, simples conformidade ou mesmo apatia diante das circunstâncias”.

Porém, não é um mero reproduzidor do ambiente em que vive que se quer formar na escola. A busca pela formação de alunos críticos e com pensamentos próprios deveria ser o real objetivo da educação hoje. Neste sentido, vale ressaltar:

Considerando a legislação federal vigente, deseja-se a formação de aluno crítico, capaz de refletir e intervir sobre a realidade social, e exercer ativamente sua cidadania. Assim, tendo em vista a própria legislação e as diretrizes educacionais vigentes neste País, a escola deve desenvolver competências nos alunos tendo em vista tais finalidades. Mas particularmente o exercício do pensamento crítico na forma de contestação, por exemplo, ao ser exercitado dentro da escola, resulta em situações de conflito quando os professores não gostam ou não estão preparados para lidar com alunos que recorrem a esta forma de expressão (GARCIA 1999, p. 103).

Aqui emerge a dificuldade do professor em lidar com essa nova realidade. Aquele que não consegue perceber a complexa rede de relações existentes em sala de aula concentra o motivo da indisciplina em apenas alguns alunos, não observando o coletivo. Assim sendo, a lógica que permanece é: aquele que sabe, impõe; e aquele que obedece, revolta-se. A própria relação entre professores e alunos pode reforçar ou mesmo gerar modos diversos de indisciplina (GARCIA, 1999).

Sobre tal questão, Guimarães (1996, p.79) destaca:

O grande problema talvez esteja no fato de o professor se concentrar apenas na sua posição normatizadora achando que, com isso, ele conseguirá eliminar os conflitos. Mas, as efervescências da sala de aula marcada pela diferença, pela instabilidade, pela precariedade, apontam para a inutilidade de um controle totalitário, de uma planificação racional, pois os alunos buscam de modo espontâneo e não planejado o *querer-viver* que, por ser irreprimível, impede a instalação de qualquer tipo de autoritarismo. Quanto maior a repressão, maior a violência dos alunos em tentar garantir as forças que assegurem sua vitalidade enquanto grupo.

A ausência de bases democráticas no modo como se articulam as relações entre professores e estudantes no interior da escola, por exemplo, pode desencadear resistência e contestação por parte dos estudantes aos próprios esquemas da escola, o que deve ser considerado uma expressão de indisciplina (GARCIA, 1999).

Entretanto, Aquino (1996) destaca que com a democratização criou-se um novo sujeito histórico. Surge um novo aluno que participa e constrói seu conhecimento próprio com suas ideias e pensamentos já constituídos. Portanto, a indisciplina estaria diretamente ligada ao fato de que a “[...] escola é incapaz de administrar as novas formas de existência social concreta, personificadas nas transformações do perfil de sua clientela” (AQUINO, 1996, p. 45).

Sendo assim, na maioria das vezes, atribuem-se o fracasso escolar e a indisciplina apenas ao aluno, e o olhar mais amplo de todo o processo educativo não perpassa o trabalho do professor ou o regimento escolar. Um mesmo aluno que se apresenta indisciplinado com um determinado professor, pode ser o menos indisciplinado com os demais professores. Os próprios alunos vão impondo à escola a necessidade de mudança, mesmo que a maneira que eles escolham para demonstrar seja por meio de comportamentos indisciplinados, como revolta àquela condição de submissão ou quietude.

Segundo o autor, alguns professores acreditam que disciplinar o aluno é

essencial para o trabalho em sala de aula. Colocam como tarefa principal a normatização dos hábitos das crianças para assim desencadear seu trabalho. Este tipo de atitude prejudica a educação como um todo por três razões, como mostra o autor:

Em primeiro lugar, trata-se de um desperdício da qualificação e do talento específico do professor [...] Em segundo lugar, trata-se de um desvio de função, porque ele não foi contratado para exercer tarefas parentais, e dele não se espera isso [...]. Em terceiro, trata-se de uma quebra do 'contrato' pedagógico, porque o seu trabalho deixa de ser realizado (AQUINO, 1998, p. 189).

Não se deve esquecer que a indisciplina escolar não apresenta uma causa única, ou mesmo principal. Eventos de indisciplina, mesmo envolvendo um sujeito único, costumam ter origem em um conjunto de causas diversas, e muito comumente refletem uma combinação complexa de causas. Alguns estudos mostram que as estratégias para prevenir a indisciplina devem englobar as relações complementares entre a motivação dos estudantes e os seus processos de aprendizagem. Devem refletir não uma disposição autoritária elaborada por um determinado grupo responsável por processos decisórios na escola, mas uma orientação de base consensual que reflita a contribuição de toda a comunidade ligada à escola, e não apenas dos profissionais da educação que nela atuam (GARCIA, 1999).

### 3.5 INDISCIPLINA COM CARÁTER SOCIAL: O CONJUNTO DE FATORES QUE CONSTRÓI AS SITUAÇÕES DE INDISCIPLINA

De acordo com Aquino (1996), a indisciplina na perspectiva social residiria na rejeição operada pela escola que demonstra ser incapaz de administrar as novas formas de existência social concreta, personificadas nas transformações do perfil de sua clientela. Ou seja, com as transformações sociais presentes na sociedade, sejam elas a má distribuição de renda, as desigualdades sociais e a violência, a escola não consegue trabalhar com os diferentes comportamentos apresentados pelos alunos que sofrem com o descaso da sociedade.

Em certo sentido, a escola é uma espécie de caixa de ressonância das turbulências sociais que ocorrem nos diferentes meios sociais de onde procedem

seus integrantes. Embora seja condenável qualquer prática de discriminação de alunos em função do lugar de procedência (periferias, favelas e bairros operários), que tem muito a ver com a condição social de classe, é inegável que a convivência deles com o clima de violência que pode existir nesses meios afeta de alguma maneira sua vida na escola.

Sendo assim, a indisciplina numa perspectiva social tem como sintoma fatos de outra ordem que não estritamente individual ou escolar. “[...] não é lícito supor que o que ocorre em seu interior não tenha articulação aos movimentos exteriores a ela” (AQUINO, 1996, p. 41).

A instituição escolar traduz em si mesma, em maior ou menor grau, os processos e mecanismos históricos de exclusão social das crianças e jovens das classes populares. Não é de se admirar, então, que a instituição estranhe esses alunos, que em algumas escolas são maioria absoluta, e que esses alunos estranhem a instituição, abrindo-se assim no interior da escola o caminho para ações predatórias internas e para a emergência de formas com características aberta ou veladamente violentas e explicitamente indisciplinadas.

Pode-se dizer então que, se a escola, como outras instituições sociais, muito pode fazer para incentivar a compreensão por parte dos alunos dos valores realmente *humanos*, livres de qualquer afetação moralista, capazes de fornecer razões para não optar pelo uso da violência no intuito de viver uma sociabilidade *humana*, ela tem também que repensar sua função numa sociedade em constante mudança (PINO, 2007, p. 782).

Belintante (1998, p. 27) afirma que “[...] os arredores da escola, o bairro, os morros, as periferias andam mesmo transbordando suas violências sobre a escola e sufocando as possibilidades de exercício ‘da didática’ [...]. O fato de ser a escola uma instituição frequentemente alheia ao que ocorre no meio social em que está inserida provoca certo distanciamento entre ela e o próprio meio, o que a torna um “objeto” estranho para este meio e alvo fácil de ações predatórias, além de ser um espaço predileto de circulação de produtos legalmente proibidos, como as drogas. A escola do ponto de vista sócio-histórico é palco de confluência dos movimentos históricos.

Muitas vezes, a escola pública funcionará como um centro para onde irão convergir, e no qual irão se chocar, os valores e as expectativas de cada grupo. A sobrecarga imposta a ela, esse desempenho das mil e uma utilidades, revela o quanto se sonega aos que vivem oblíquos, aos sem-teto, aos sem-emprego, aos sem-proteção-contra-enchentes, aos sem-fantasia, aos sem-reconhecimento etc. (BELINTANTE, 1998, p. 29).



As transformações sociais da atual realidade, marcada pela violência, pela miséria originária de um mecanismo imposto pela sociedade capitalista que exclui a maioria de seus benefícios e de uma ideologia do neoliberalismo, que atribui ao sujeito a responsabilidade pela sua própria condição de excluído e como consequência não permite que as pessoas se sintam seguras no convívio social, e fiquem expostas a todas as consequências produzidas por esse contexto, que afetam todas as classes, tanto os ricos quanto pobres, visto que todos estão expostos à violência.

Assim, a desigualdade econômica presente amplia a individualização, acirra a competição, o desprestígio dos indivíduos, a fragilização da família, o declínio dos órgãos protetores, a precarização das relações de trabalho, entre outros. Ou seja, na referência neoliberal a individualização é um dos efeitos da configuração social onde o sujeito não se sente responsável frente à vida social coletiva (BELINTANTE, 1998).

Uma vez vítima constante da violência, a insegurança social reflete-se na vida do indivíduo causando estado de medo, desesperança, auto-constrangimento, incerteza, receio do desconhecido. Nesta hipótese, nota-se como a insegurança é alimentada pelas crises concretas do dia-a-dia: as pessoas têm medo/receio uma das outras, mesmo que esse receio seja infundado.

Quanto menos as pessoas se relacionam, menos se conhecem e confiam umas nas outras e mais farão crescer a insegurança, afetando particularmente a educação e também a escola. Esta situação gera violência e indisciplina atingindo a relação professor-aluno.

(...) um sentimento de vazio, de descrença, de ausência de valores que direciona a vida das pessoas, as leva a buscar o prazer no imediato. Logo, o individualismo, o egoísmo e o simulacro manifestam-se levando os indivíduos a agirem sem respeito pelo outro, buscando apenas sua felicidade a qualquer preço (OLIVEIRA, 2005, p. 36).

A escola, inserida neste contexto, não está imune a esta crise. Ela será o lugar onde as injustiças sociais irão se refletir, ou seja, será o palco que os alunos utilizarão para gritar por justiça e igualdade social por meio de comportamentos indisciplinados.

Nessa perspectiva, parecem compartilhar a ideia de que os alunos são o retrato de uma sociedade injusta, opressora e violenta, e a escola, por decorrência, vítima de uma clientela inadequada. O pressuposto desta visão é o de que o indivíduo é um “receptáculo vazio” que se modela, passivamente, às pressões do meio. A escola se vê, deste modo, impotente diante do aluno, principalmente dos que provêm de ambientes economicamente e culturalmente desfavorecidos (REGO, 1996, p. 88).

Silva (1999) afirma que, no que diz respeito à origem social dos alunos, aqueles que são oriundos de estratos menos favorecidos da população revelam mais dificuldades na adaptação à escola, adotando, com mais frequência, comportamentos agressivos. A explicação pode estar no tipo de estratégias disciplinares usadas na família, ou seja, as camadas sociais de nível inferior tendem a usar estratégias severas (com punição física), enquanto as outras camadas sociais recorrem mais a estratégias suaves, procurando o diálogo. Outra explicação poderá ser a menor perspectiva de sucesso, bem como a desvalorização da escola e da aprendizagem por parte dos estratos sociais menos favorecidos, ao contrário, aliás, do que se passa com as camadas sociais mais favorecidas.

Como afirma Belintante (1998), não é possível que vítimas de fome e de miséria assumam uma postura abúlica, inofensiva diante da realidade. Eles devem lutar para suprir a carência de outros bens sociais – tais como moradia, condições de higiene e saúde, acesso a direitos, às condições dignas de trabalho e exercício da cidadania – para que seja suficiente e reúna as condições necessárias de sobrevivência.

Oliveira (2005, p. 35) aponta essa desigualdade social fazendo a comparação entre a vida das camadas mais privilegiadas em relação à população mais pobres e, vítimas da desigualdade social.

[...] enquanto há em certos meios sociais, níveis de vida e de consumo superiores, com tecnologias avançadas por meio de antenas parabólicas, TV a cabo, telefones celulares e internet, em suas periferias vivem populações em condições de vida e infra-humanas, submetidas a relações de trabalho escravistas, existem a fome, a seca, a prostituição e morte de meninas e meninos de rua.

A indisciplina na sala de aula é um reflexo da pobreza e da violência presente de um modo geral na sociedade e fomentada, de modo particular, nos meios de comunicação, especialmente a TV.

[...] quando os pais tentam estimular nas crianças uma educação respaldada em valores morais, a mídia, mais especificamente a televisão, tende a dificultar essa prática. As emissoras de TV, por meio de sua programação inescrupulosa, que tem como único objetivo aumentar seu *ibope* incentiva a rebeldia, o sexo e a violência. “A violência é transmitida às crianças através dos desenhos animados, aos jovens através dos filmes e aos adultos através dos noticiários, levando a uma banalização da violência e da agressividade, sendo a indisciplina na sala de aula uma das manifestações desta situação” (JESUS, 1999, *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 53).

Quando se menciona a família não se refere à concepção tradicional com a presença do pai, mãe e filhos, pois esta estrutura familiar vem sofrendo grandes

transformações. O ambiente familiar é aquele em que a criança convive, seja com pais, avós, tios, padrinhos etc., pois serão estas pessoas que a criança tomará como exemplo e que direcionarão e influenciarão em sua conduta.

Segundo Nascimento (2006), a família pode ser compreendida ao longo de sua transformação no que tange a sua composição. Sobre estas mudanças, destaca o autor:

[...] Ao longo da história o termo vem se modificando e nos tempo atuais [...] o termo família tem significado bem semelhante, abrangendo, principalmente as pessoas que vivem no mesmo domicílio (pai, mãe e filhos) ou aquelas unidas por laços de parentesco e adoção (NASCIMENTO 2006, p. 4).<sup>5</sup>

Oliveira (2005) discute a influência da educação familiar no comportamento indisciplinado refletido na escola. Em geral, as crianças passam o dia todo sozinhas, em casa ou na rua. E os pais/ responsáveis transferem para a escola toda, ou quase toda, a responsabilidade da educação de seus filhos: estabelecer limites e desenvolver hábitos básicos. Fica a cargo de o professor ensinar às crianças desde amarrar os sapatos, dar iniciação religiosa até colocar limites que já deveriam vir esclarecidos de casa.

É preciso considerar que a criança fica muito mais tempo solta nessa sociedade onde os valores morais são esquecidos e a competitividade é estimulada, do que dentro da escola. Assim, a indisciplina na escola é um reflexo do desajustamento desse sistema social indisciplinado onde tudo é permitido (OLIVEIRA, 2005, p. 36).

Essas crianças que estão soltas na sociedade são produto de um mercado de trabalho que está sempre em busca de mão-de-obra, o que obriga os pais a saírem de casa para trabalhar. Seus filhos ficam em casa, muitas vezes zelados pelos irmãos maiores, que não têm idade apropriada para isso. Assim, as orientações familiares e a educação de valores ficam a cargo do professor.

Assim, quando se assiste à presença constante de atitudes indesejáveis na escola que culminam em desobediência, agressividade, falta de respeito perante os colegas, professores e outros, constata-se que isto é resultado imediato de uma educação fragilizada e fragmentada.

Para finalizar essa reflexão, convém destacar que um dos objetivos dos comportamentos do indivíduo é atingir e desempenhar um papel de aceitação na sociedade, fazer parte de um grupo e, ao mesmo tempo, ser reconhecido por ele.

---

<sup>5</sup> Para maiores informações, ler: NASCIMENTO, Arlindo M. do. População e família brasileira: ontem e hoje

Contudo, surgem problemas quando os comportamentos resultantes daquelas necessidades encontram obstáculos que dificultam ou impedem a obtenção de situações capazes de satisfazer essas necessidades.

Por outro lado, se a pessoa possui a convicção de que lhe é possível conquistar lugar no grupo, a frequência dos comportamentos inadequados torna-se maior.

Deste modo, os comportamentos indisciplinados resultam da frustração provocada por obstáculos que dificultam ou impedem a satisfação das necessidades de pertença ao grupo e de conseguir estatuto neste mesmo grupo (SILVA, 1999, p. 10).

Contudo, nem sempre estes objetivos são alcançados, o que faz com que o indivíduo experimente sentimentos de inferioridade e recorra a métodos alternativos competitivos que se manifestam em comportamentos indisciplinados. Estes métodos funcionam como medida compensatória e visam atingir outros objetivos mais específicos (SILVA, 1999).

[...] se quisermos compreender os comportamentos humanos, torna-se necessário ter em conta todo o contexto onde o aluno se insere e do qual fazem parte os significados atribuídos às suas atitudes pelas pessoas que com ele interagem: colegas, pais e professores. Um outro fator a ter em conta será conhecer as razões que desencadeiam esses comportamentos, já que o indivíduo atua influenciado por determinados objetivos. (SILVA, 1999, p. 11).

Como os alunos tendem a comportar-se de acordo com as percepções que têm de si, criarão porventura situações de indisciplina. Neste sentido, poder-se-ão desencadear atos de marginalidade, delinquência ou mesmo o aparecimento de subculturas opostas aos valores defendidos pela escola e pela sociedade. Assim, a escola pode tornar-se susceptível de fomentar comportamentos marginais quando, ao invés, era suposto evitá-los (SILVA, 1999).

Em síntese, pode-se afirmar, então, que os comportamentos indisciplinados têm duplo objetivo de satisfazer as necessidades de pertença a um grupo e de reconhecimento por parte deste. Por outro lado, revestem-se de um carácter impreciso e vago, dependendo do contexto em que ocorrem. Fará então sentido a sua contextualização, até para evitar a atribuição de rótulos aos alunos (SILVA, 1999).

[...] este tipo de comportamento adotado por crianças e adolescentes, certamente, irá repercutir na escola que é o local para onde eles levarão consigo a ilusão do real imaginário como uma forma de amenizar as suas angústias e sofrimentos e de ajudar a encarar a vida em uma sociedade turbulenta (OLIVEIRA, 2005, p. 37).

Em suma, é preciso levar em consideração que disciplina é uma norma de vida necessária num processo tão complexo como o de ensino-aprendizagem que ocorre na sala de aula. É preciso entender as manifestações de descontentamento dos alunos perante essa sociedade que exige tanto deles, mas que nada traz de volta. E essas manifestações geralmente refletirão na escola, no sentido de que é o lugar onde acontecem as relações sociais mais importantes, que talvez permanecerão pelo resto de suas vidas.

Neste sentido, os conceitos que os professores têm em relação à indisciplina na sala de aula será a próxima discussão para tentar entender as manifestações consideradas indisciplinadas.

#### **4 OS CONCEITOS DE INDISCIPLINA PRESENTE ENTRE OS PROFESSORES DAS SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM LONDRINA**

Nas últimas décadas, os problemas de indisciplina vêm afetando o contexto escolar em diversos aspectos, tais como as relações do professor e aluno, o trabalho pedagógico, enfim interferindo em todo o cotidiano escolar. O individualismo, a concorrência para um melhor espaço no mercado de trabalho, as influências da mídia e da violência presentes na sociedade estão cada vez mais interferindo nos comportamentos de modo geral e isso reflete na escola através dos comportamentos dos alunos ditos indisciplinados.

Diante do cenário de indisciplina, cabe questionar: A escola consegue cumprir efetivamente seu papel educativo em termos de aprendizagem, socialização, acesso à cultura e formação para cidadania?

Alguns teóricos<sup>6</sup> têm afirmado que a indisciplina afeta a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Neste sentido, pode-se questionar, por exemplo, se as escolas estão comprometidas em discutir as estruturas que geram a indisciplina no espaço escolar, ou seja, se estão abertas para buscar não só compreender as manifestações que são classificadas como indisciplinadas, mas também sua origem.

As expressões de indisciplina vêm há muito tempo produzindo diversos tipos de mal-estar nas escolas. São fontes antigas de dilemas, mas também capazes de solicitar dos educadores novas visões, teorias e práticas educacionais, principalmente no que diz respeito à complexa relação dada pela atual geração que é influenciada pelo conjunto de valores e comportamentos inseridos numa lógica da exclusão, negação do ser humano e de perda da dimensão da coletividade, presente na sociedade em que esta escola e os alunos estão inseridos. É válido argumentar, entretanto, que esse cenário precisa ser analisado não somente como um indicativo de problemas, mas particularmente como uma solicitação de um reposicionamento das escolas e sua equipe pedagógica frente ao atual cenário educativo.

As tensões causadas pela incidência de indisciplina nas escolas, como por exemplo, as conversas paralelas entre alunos, as bagunças durante as explicações

---

<sup>6</sup> Dentre eles pode-se destacar: Aquino (1996), Guimarães (1996), Garcia (1999) e Oliveira (2005)

na sala de aula, e até agressões verbais e físicas causadas pelos alunos que são considerados indisciplinados têm sido acompanhadas por pesquisas e iniciativas sociais na busca de combatê-las. Na escola, diversas análises buscam situar aqueles problemas ao contexto complexo das relações entre as diversas forças, atores sociais<sup>7</sup> e aspectos que compõem a escola e as expressões de indisciplina e violência nas escolas revelam a necessidade de uma profunda revisão nas teorias e práticas pedagógicas.

Neste capítulo, através de pesquisa realizada com professores das séries finais do Ensino Fundamental, buscou-se identificar os diferentes conceitos de indisciplina apresentados por eles e as diferentes formas de abordagens e interferências adotadas diante dos comportamentos considerados indisciplinados dos alunos, bem como identificar o olhar sobre as causas dos comportamentos e as soluções que a escola acaba por apontar.

Assim numa perspectiva de pesquisa qualitativa, procurou-se entender a natureza de um fenômeno social, como é o caso da indisciplina, analisando situações complexas ou estritamente particulares de tal fenômeno. Esta pesquisa busca descrever a complexidade desse problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

É com base nas concepções sobre a indisciplina entre os professores e os problemas encontrados no meio escolar que os dados qualitativos viabilizam uma análise global, relacionando o indivíduo com a sociedade, além de ser fundamental na explicação do funcionamento das estruturas sociais.

Assim, por meio de um estudo bibliográfico buscou-se verificar as diferentes concepções e abordagens sobre o tema proposto e para captar o olhar dos professores sobre o conceito de indisciplina, foi utilizado como procedimento de coleta de dados a aplicação de questionários com questões semi-estruturadas junto a professores de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries da rede estadual de ensino no município de Londrina. Assim sendo, a pesquisa foi desenvolvida em duas escolas públicas caracterizadas como uma escola de grande porte do centro e uma escola de pequeno porte da periferia tendo a abrangência de 20 professores no total.

As questões do questionário aplicado foram direcionadas para a identificação das seguintes concepções: os conceitos que tais professores têm em

---

<sup>7</sup> Denominam-se atores sociais os indivíduos, organizações ou grupos envolvidos em iniciativas sociais e que podem influir na dinâmica da escola ou mesmo no processo ensino-aprendizagem.

relação à indisciplina; as manifestações de indisciplina na sala de aula; as atitudes que os professores tomam frente a ações de indisciplina; os fatores que interferem nos comportamentos dos alunos; a atitude e o trabalho desenvolvido pela escola para o trabalho com alunos indisciplinados ( Apêndice 1).

Assim, após coleta dos dados, as respostas dos professores foram classificadas de acordo com as questões e teve início a identificação das diferentes concepções que estavam explícitas e/ou implícitas nas respostas dos professores. Os dados apresentados e analisados a seguir fazem parte das respostas obtidas pelo questionário aplicado, bem como as concepções e atitudes dos professores sobre a temática na escola.

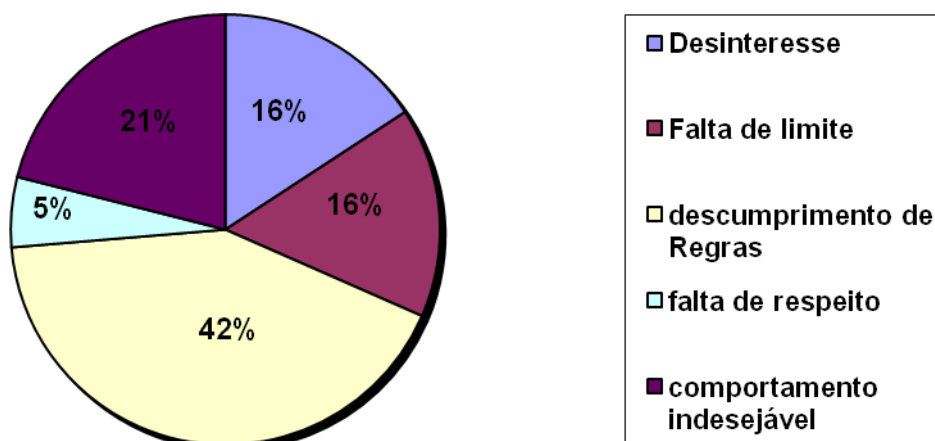
Para preservar a identidade dos professores e suas respectivas escolas, estas são relacionadas como: EP ( Escolas periferias) e EC ( Escola de centro).

#### 4.1 DAS CONCEPÇÕES DE INDISCIPLINA

No conjunto das respostas, foram verificadas e analisadas as concepções que os professores têm com relação à indisciplina. Apresentaram respostas distintas que puderam ser analisadas para compreender melhor este fenômeno que acontece em sala de aula e interfere o desempenho tanto do professor como do aluno no processo de ensino-aprendizagem. O gráfico a seguir mostra as diferentes concepções que apareceram entre as respostas: 16% professores apontaram a indisciplina como forma de desinteresse e a não participação dos alunos nas aulas propostas, outros 16% responderam que a indisciplina é a falta de limite dos alunos, 21% ainda conceituam indisciplina como falta de respeito ou comportamento indesejável. Porém, a maioria das respostas, representando 41%, esteve relacionada ao descumprimento de regras pré-estabelecidas pela escola ou pelo professor.



**Gráfico 1- Concepções de indisciplina, segundo os entrevistados**



**Fonte:** Pesquisa realizada, 2009.

A indisciplina, a partir das respostas concedidas pelos professores, é descrita como algo que interfere no processo de ensino-aprendizagem como forma de atrapalhar a aula do professor. Dentre as respostas pode-se destacar as seguintes:

Falta de entendimento do assunto proposto ou mesmo de desinteresse por parte do alunado, gerando automaticamente as **ações comportamentais paralelas**. (PROFESSOR 01 EP);

Falta do **cumprimento às normas**, os deveres do aluno (comportamento comprometido, pontualidade, respeito, etc). (PROFESSOR 02, EP);

Indisciplina é o **descumprimento pelas regras pré-estabelecidas** pelo colégio ou equipe pedagógica” (PROFESSOR 11 EC); (*Grifo nosso*).

Ora, a indisciplina está, neste caso, intimamente ligada ao descumprimento das regras estabelecidas por um grupo de professores e que, muitas vezes não atendem às expectativas dos próprios alunos. Eles são incumbidos de obedecer a certas regras em cuja elaboração não foi levada em conta a especificidade dos alunos.

Cabe destacar que ficar em silêncio durante a aula não quer dizer que o aluno esteja prestando atenção. O desejo do silêncio na sala está no professor, que pretende fazer com que isto se torne regra para todos. Porém, nem sempre o aluno quer ficar anônimo no seu próprio processo de aprendizagem. Neste ponto, deve-se lembrar uma frase lida certa vez em uma revista qualquer: “Mulheres bem comportadas não fazem história”. Parafraseando esta mensagem, poder-se-ia afirmar que: “Alunos bem comportados não participam da construção do seu

conhecimento”.

Percebe-se que o conceito de indisciplina está vinculado ao comportamento do aluno, como aponta França (1996), que afirma ser a indisciplina o resultado das próprias paixões dos alunos, ou seja, ações que resultam de problemas psicológicos e com origem somente no indivíduo.

Nesta perspectiva, pode-se analisar que as causas dos comportamentos indisciplinados, de acordo com os professores que constituíram a amostra da pesquisa, são direcionadas para a individualidade dos alunos, uma vez que são vistos como únicos responsáveis e causadores da desordem em sala de aula. Sobre essa questão disseram alguns professores:

Quando o aluno não se comporta de acordo com as normas de sala de aula e não desempenha suas atividades. (PROFESSOR 09, EP)  
[...] a falta de cumprimento, os deveres do aluno, deixando explícita a responsabilização dos atos indisciplinados nos alunos (PROFESSOR 02, EP)

Mesmo a ideia arcaica da pedagogia tradicional, segundo a qual o professor era o único que detinha o conhecimento e o aluno era mero ouvinte das transmissões de conteúdos, ainda não foi superada. Está presente nas salas de aula, em situações nas quais os alunos não podem interferir nas abordagens feitas pelos professores, bem como questionar suas metodologias aplicadas com relação à transmissão dos conhecimentos.

Ironicamente, essa visão psicológica também inibe o desenvolvimento da personalidade do aluno, bem como a compreensão de que as relações civilizadas entre os indivíduos só podem ter continuidade se houver o respeito à opinião do outro.

Desta forma, espera-se que o aluno participe das propostas apresentadas pelo professor nas aulas. Se acaso o aluno julgar tal participação inadequada para a sua aprendizagem, ou demonstrar desinteresse pela atividade e não cumpra com seu papel de aluno, sua atitude é considerada indisciplinada, como mostram as seguintes respostas dos professores:

Todo e qualquer ato ou ação que **não tenha nenhuma ligação com o conteúdo apresentado** (PROFESSOR 08, EP).  
**A não participação do aluno** em toda e qualquer atividade proposta pelo professor quer seja vídeo, música, exercícios, grupos de estudo. (PROFESSOR 14, EC). (*Grifo nosso*)

Como se pode perceber até aqui, nenhuma resposta mostrou que o professor também pode ser responsabilizado pelas atitudes de desinteresse dos

alunos pela aula, ou que o processo de ensino-aprendizagem possa não estar atingindo as expectativas dos alunos. Muito menos que a sociedade capitalista interfere nos comportamentos dos alunos quando espera que estes tomem iniciativas pouco coletivas ou mesmo de concorrência com o próximo. Neste sentido, o aluno é sempre responsabilizado pelos seus atos sem o mínimo interesse em entender o que o faz agir dessa maneira.

Mesmo quando a indisciplina é refletida a partir de numa visão mais ampla da sociedade, ainda assim é reduzida à observação do aluno com relação à sua família ou como se o aluno necessitasse de apoio psicológico. Como aponta Rego (1996), no meio educacional, a indisciplina é compreendida como um comportamento inadequado, um sinal de rebeldia, de falta de educação ou de respeito pela autoridade, como espécie de incapacidade do aluno em se ajustar às normas e padrões de comportamentos esperados.

Neste sentido, os participantes da pesquisa parecem compreender a indisciplina como manifestação relacionada aos traços de personalidade de cada aluno ou mesmo distúrbios psicológicos que devem ser acompanhados por especialistas das áreas da psicologia ou psiquiatria. Um exemplo dessa abordagem é a resposta apresentada pelo professor:

Falta de limite e reconhecimento de regras, para se viver em grupo, despreparo dos pais em relação a isso e da sociedade para dar **assistência psicológica** quando necessário (PROFESSOR 10, EC). (Grifo nosso)

O desejo de revelar a própria personalidade no trato social é o desejo de se autenticar como ator social por meio das qualidades pessoais. Tudo que foge da normalidade imposta pelos professores tende a ser visto como expressão das paixões de um aluno, ou seja, manifestações da má personalidade daquele aluno como se não soubesse viver em grupo, em sociedade. Muitos professores tendem a entender que viver em sociedade é se adequar aos limites impostos por ela e, qualquer tipo de comportamento que fuja a essa regra geral é visto como indesejável.

Em alguns casos, o aluno indisciplinado é confundido com o processo de estigmatização<sup>8</sup>, ou seja, a análise feita por dois professores vai além do conceito de indisciplina, e aborda o processo de exclusão que tais alunos sofrem quando fogem

---

<sup>8</sup> Entende-se por estigmatização o processo pelo qual se atribuem características depreciativas ao indivíduo e torna-o diferente do padrão estipulado pelo grupo ou classe social. Goffman (1988, p. 13) afirma: “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo (...)”.

das ações comportamentais que o professor e a escola esperam. O aluno que age desta maneira, além de fugir dos padrões estabelecidos pela escola, também é excluído como indivíduo participante das ações educativas dentro de sala de aula.

Hoje o professor almeja um **aluno 'ideal'**, e quando se depara com uma criança agitada ou algo semelhante, ela se frustra e rotula como indisciplinado, sem contar os estímulos que a sociedade atual tem lançado ao aluno, o que tem deixado ele cada vez mais aquém dos métodos da escola. (PROFESSOR 16, EC).

A indisciplina é o processo pelo qual o aluno é identificado quando suas atitudes não condizem com o **papel "ideal" esperado pelo professor**. (PROFESSOR 17, EC). (Grifo nosso).

As ideologias pregadas pelo capitalismo contemporâneo levam os indivíduos a crerem que quanto mais iguais forem, mais adaptados à realidade serão. Seja na aparência ou mesmo nos comportamentos, a sociedade começa a se tornar homogeneizada. As diferenças sociais desaparecem e começa a surgir o sentimento de ser bom o suficiente ou mesmo adequado para a sociedade. Neste sentido, as expectativas recaem sobre um modelo de aluno padronizado, como se fosse possível que todas as personalidades e os processos de ensino-aprendizagem pudessem ser colocados num mesmo "caldeirão" e distribuídos a todos em igualdade.

No âmbito das concepções de indisciplina apresentadas a partir dessa pesquisa, pode-se considerar que os professores apresentam suas perspectivas de forma a individualizar o problema da indisciplina ao aluno, sendo ele o único responsável por qualquer ação que não condiz com o almejado pelo professor em sala de aula. Neste sentido, uma análise mais crítica e reflexiva sobre as causas e consequências desse ato fica superficial, e às vezes nem mesmo acontece. É preciso superar esta visão de culpabilizar alguém e tentar enxergar o verdadeiro motivo que leva o aluno a agir dessa maneira, para assim conseguir erradicar o problema das salas de aula.

#### 4.2 DAS MANIFESTAÇÕES DOS ALUNOS CONSIDERADOS INDISCIPLINADOS.

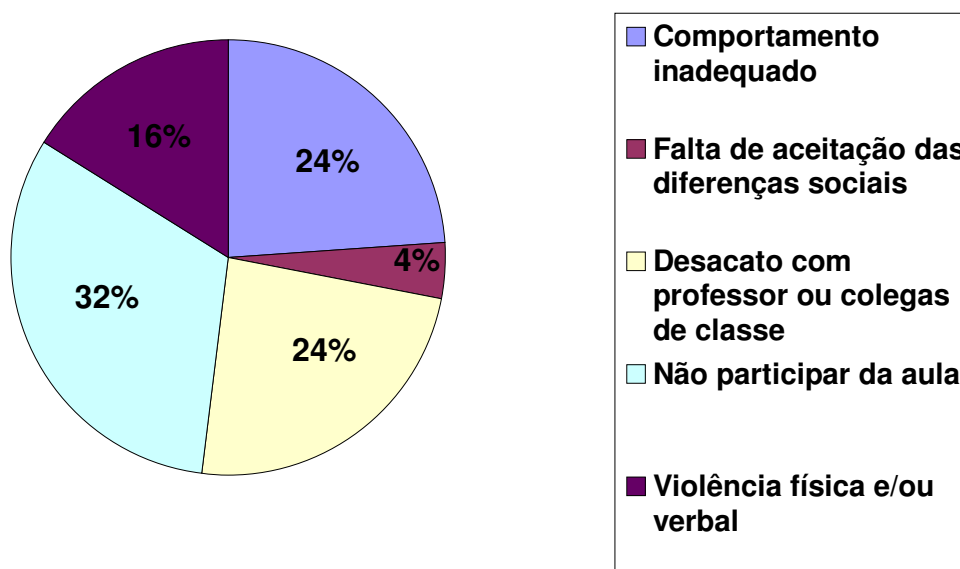
Como já apontado neste trabalho, algumas análises sociológicas mostram que o homem contemporâneo desertou o espaço público: somente lhe interessa o que é privado, íntimo. A sociedade contemporânea está ajudando a divulgar ideias e fazer com que o indivíduo dê valor às coisas materiais e instantâneas, busque o

lucro a qualquer preço e fique mais independentes e individualistas, afastando-se assim das relações estabelecidas socialmente.

Todo esse cenário interfere nos comportamentos dos alunos de maneira a deixá-los mais egoístas e buscarem suprir suas vontades. Quando se deparam com a escola que tenta impor certas regras para seu bom funcionamento, frustram-se e manifestam atitudes que fogem desse padrão estabelecido. É neste momento que o aluno demonstra indisciplina.

Nesta perspectiva, os professores pesquisados apresentaram diferentes manifestações que os alunos utilizam para demonstrar sua frustração, que nada mais são do que a insatisfação de algo que não está indo bem com ele, ou com a expectativa da escola. Dentre as respostas apresentadas, as manifestações mais apontadas são a não-participação do aluno na aula proposta, que corresponde a 32% das respostas. Também se manifestam de outras maneiras, como apresenta o gráfico a seguir.

**Gráfico 2- Manifestações de indisciplina apresentadas pelos alunos, na concepção dos entrevistados**



**Fonte:** Pesquisa realizada, 2009.

Os relatos dos professores testemunham que a questão disciplinar é, atualmente, uma das dificuldades fundamentais em relação ao trabalho escolar. A disciplina em sala de aula é vista como algo importante para o processo de ensino-

aprendizagem. Alguns professores defendem sua presença porque julgam que sem ela há poucas chances de se levar a bom termo a construção do conhecimento dos alunos. Porém cabe ressaltar que a concepção de disciplina de tais professores perpassa o respeito às regras estabelecidas pela escola.

Com o **descumprimento das regras** impostas. Porque é preciso delimitar algumas regras para o bom funcionamento da aula. (PROFESSOR 11, EC).  
Quando o aluno não cumpre determinadas regras. **É preciso delimitar algumas regras para o bom funcionamento da aula.** (PROFESSOR 12, EC).

Com o não cumprimento das mesmas. (PROFESSOR 13, EC). (Grifo nosso)

As manifestações de indisciplina que os alunos acabam por adotar, nas perspectivas dos professores, estão pautadas nas atitudes que tais alunos tomam para demonstrar suas inquietações a partir de algo que não esteja dando certo, seja no processo de ensino-aprendizagem da sala de aula, seja por problemas particulares dos alunos ou mesmo por insatisfação no tocante ao lugar ocupado na sociedade.

A representação sobre os atos indisciplinados, para os professores pesquisados, caracteriza-se por comportamentos que se sobrepõe à transgressão de regras estabelecidas. Para eles, a indisciplina vai além disso, ela está intimamente ligada ao desrespeito, à agressão e à violência física e/ou verbal cometida contra os colegas, professores e funcionários, o que traduz um comportamento hostil por parte dos alunos. É a maneira mais extrema de manifestar sua insatisfação que o aluno pode apresentar:

Manifesta-se em forma de barulhos, risadas, **violência com os amigos e professores, tanto verbais como físicas**, quando algum destes não tem o mesmo interesse (PROFESSOR 08, EP).

Por meio de desobediência, **violência verbal e física**, desrespeito. (PROFESSOR 06, EP). (Grifo nosso)

Vários atos de indisciplina traduzem-se pelo desrespeito, seja pelo colega, seja pelo professor, seja ainda pela própria instituição escolar. Alguns professores entendem que ações indisciplinadas estão baseadas na falta de respeito dos alunos em relação ao grupo em questão, seja professores ou demais colegas de classe. Para estes professores, a concepção de disciplina em sala de aula pode se reduzir à simples boa educação: possuir alguns modos de comportamento que permitam o convívio pacífico com os demais. Mas na verdade, o que se espera do aluno é que desenvolva seu papel, ou seja, que permaneça em silêncio enquanto o professor explana sobre o conteúdo. Exemplos de respostas que perpassam por essa

perspectiva podem ser acompanhados a seguir:

Pela **falta de respeito** para com professores ou colegas de classe; falta de comportamento adequado, não cumprindo seus deveres como aluno. (PROFESSOR 02, EP).

**Desrespeito com o professor**, colega de classe. (PROFESSOR 05, EP). De forma desorganizada, agitado, “**mal-educado**”, todos estes no senso comum. (PROFESSOR 16, EC). (Grifo nosso)

O silêncio em público tornou-se o único modo pelo qual se poderia experimentar a aprendizagem. Com barulho e agitação não é possível desenvolver um bom trabalho em sala de aula. O aluno tem que refletir sobre o assunto proposto e não pode manifestar suas conclusões, a não ser em provas e trabalhos atribuídos de notas. Qualquer manifestação de seus sentimentos e vontades é invulnerável.

Neste sentido, nenhum professor da escola de localizada no centro apresentou esse tipo de atitude dos alunos com relação à indisciplina. Somente dois professores da escola de periferia que apontaram essas manifestações em sala de aula.

Cabe ressaltar a análise feita por Martins (2003) quando este aponta ser a sociedade capitalista selecionadora e excludente. As pessoas que vivem à sua margem, os pobres e excluídos tentam de qualquer forma tornar-se incluídos nesta lógica. As manifestações agressivas das pessoas nada mais são do que a tentativa de se incluir nesta sociedade. Por isso, é mais presente a violência entre os bairros mais periféricos do que aqueles da classe média ou alta.

Silva (1999) destaca, no que diz respeito à origem social dos alunos, que os professores parecem concordar que aqueles que são oriundos de estratos menos favorecidos da população revelam mais dificuldade na adaptação à escola, adotando com mais frequência comportamentos indisciplinados. A explicação pode estar no tipo de estratégia utilizada por esses alunos para sentirem-se incluídos no meio social que é a escola. Ou mesmo por uma menor perspectiva de sucesso com a escolarização, pois acreditam que sua postura na camada social não mudará.

Outras manifestações apresentadas pelos professores dizem respeito à indisciplina institucional, que surge no interior da relação educativa, ou seja, a indisciplina não residiria na figura do aluno, mas na rejeição operada por esta escola, incapaz de administrar as novas formas de existência social concreta, personificadas nas transformações do perfil dos alunos. A indisciplina passaria a ser força de resistência e produção de novos significados e funções à instituição escolar. A seguir, são apontadas atitudes de alunos considerados indisciplinados que

demonstram comportamentos regidos pela lógica de superação daquilo que está sendo exposto pelo professor.

Conversas fora de hora, implicância com outros colegas ou com o professor, atitudes grosseiras, vocabulário inadequado e agressivo (PROFESSOR 07, EP).

Por gritos, repulsa pelas atividades, falta de respeito pelos colegas e professores (PROFESSOR 09, EP).

Conversas e barulhos excessivos, sujeiras do espaço físico etc. (PROFESSOR 10, EC)

Através de comportamentos tais como: falar durante a aula, por exemplo. Em suma, por comportamentos considerados inadequados (PROFESSOR 17, EC).

Esse desinteresse que os alunos demonstram pela aula, utilizando-se de ações como falar durante a aula, barulhos excessivos, repulsa pela atividade, entre outros, traz à tona a questão se é oriundo de um aluno já indisciplinado ou se decorre do fato de que o professor que não atinge a expectativa do aluno.

O professor espera que as relações escolares sejam determinadas em termos de obediência e subordinação, nas quais sua função é assegurar a ordem entre os alunos. Porém, a escola tem hoje um novo sujeito histórico, capaz de participar das aulas dando opiniões e discutindo temas, mas guarda como padrão a imagem do aluno submisso. Qualquer atitude ou comportamento que fuja dessa expectativa do professor de aluno sentado e quieto em sua carteira, de aluno obediente e atencioso, é considerado indisciplina, como mostram as seguintes respostas:

Por meio de comportamentos inadequados (PROFESSOR 18, EC).

Manifesta-se por comportamentos inadequados e conversa excessiva. (PROFESSOR 19, EC).

Manifesta-se com o aluno (a pessoa) não obedecendo ao professor. (PROFESSOR 20, EC).

Os parâmetros que regem a escolarização ainda são definidos por um sujeito idealizado. Parece que os professores tomaram como base para essa classificação uma situação idealizada de sala de aula e não a sua realidade concreta, como se indisciplina estivesse ligada ao aproveitamento da aula.

Vale ressaltar que a metodologia utilizada por muitos professores é, em parte, um dos principais aspectos responsáveis pelo desinteresse do aluno e, conseqüentemente, pela indisciplina.

Conversas paralelas, quando o professor faz a exposição e explana sobre o conteúdo; e mais grave quando há um desacato ao professor ou colega de classe. (PROFESSOR 04, EP).

Através da não participação de atividades e desinteresses pelo processo ensino-aprendizagem (PROFESSOR 14, EC).



As análises feitas a partir das respostas apresentadas pelos professores demonstram o quanto eles parecem não refletir sobre a ação docente, os programas de ensino, as condições da escola, enfim, sobre as questões pedagógicas influenciando no problema da indisciplina.

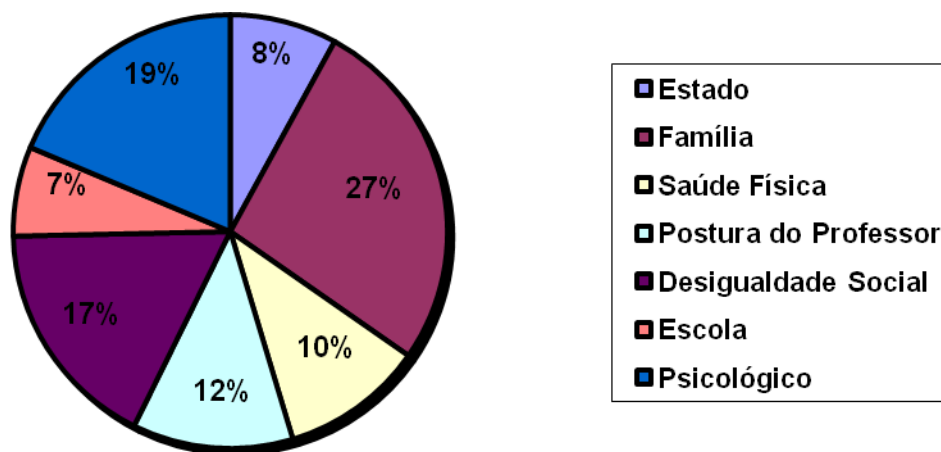
#### 4.3 DOS FATORES QUE INTERFEREM E SÃO RESPONSÁVEIS PELA INDISCIPLINA

A indisciplina, quando manifestada em sala de aula, não possui uma única causa, mesmo que diga respeito ao mesmo aluno. Ela é a resposta de diversos fatores que estão interligados e que não estão de acordo com as expectativas dos alunos, professores e escola e recaem sobre a criança e o adolescente ao longo do seu desenvolvimento.

Deve-se fugir do reducionismo de que a indisciplina possui um único fator de influência. Para entendê-la tal como é, deve-se articular as várias dimensões que podem interferir no comportamento das crianças e adolescentes. Neste caso, torna-se necessário uma análise desses fatores que interferem e são responsáveis pelos comportamentos indisciplinados dos alunos.

Os professores apresentaram respostas distintas, as quais estão explicitadas no gráfico a seguir.

### Gráfico 3- Fatores interferentes nas situações de indisciplina, segundo os entrevistados



Fonte: Pesquisa realizada, 2009.

Dentre os fatores responsabilizados pelos professores no que diz respeito à indisciplina, o que mais apareceu entre as respostas foi a família, com 26% das respostas apresentadas pelos entrevistados. Para eles, se do ponto de vista sócio-histórico, a escola é palco de conflitos dos movimentos históricos, do ponto de vista psicológico ela é profundamente afetada pelas alterações na estruturação familiar. Neste sentido, o aluno demonstrará mais ou menos indisciplinado de acordo com as experiências vividas em casa, no meio familiar. Dentre as respostas dos professores, pode-se destacar:

A família não dá educação, limites, noções de respeito e responsabilidade para o próximo e ações do aluno (PROFESSOR 06, EP).  
 Se uma criança é educada a respeitar os pais e os mais velhos desde cedo, ela jamais responderá, agredirá ou xingará um professor na sala. E também não terá atitudes inadequadas com amigos na presença do professor. (PROFESSOR 08, EP).

Nesta perspectiva, Rego (1996) aponta que a atitude dos pais e suas práticas de criação e educação são aspectos que interferem no desenvolvimento individual e, conseqüentemente, influenciam no comportamento da criança na escola. Porém, não são somente essas influências que as crianças receberão durante seu desenvolvimento. Outros fatores farão parte da constituição de sua personalidade, por meio de inúmeras interações sociais.

Dá-se a entender que qualquer ato indisciplinado tem relação exclusiva à

falta de limite e de educação da parte dos alunos. O professor e a escola são isentos de qualquer responsabilidade pelos atos indisciplinados, pois os pais são culpados pela indisciplina do filho e espera-se que eles “deem um jeito” para não voltar a acontecer. “O professor joga a responsabilidade na família e no psicológico da criança, podendo estar certo, ou equivocado quanto a sua postura e a da escola” (PROFESSOR 16, EC).

Outra causa apontada pelos professores como determinante da indisciplina é o meio social. Para esses professores, as más companhias, a violência, as drogas, a televisão e as dificuldades econômicas da família exercem forte influência no comportamento desses dentro da escola. Esses determinantes da indisciplina, apesar de enfoques diferenciados, indicam que esses professores demonstram consciência da influência que a sociedade exerce sobre seus alunos, já que derivam do meio sócio-econômico-cultural no qual a criança está inserida.

Família desestruturada, professor sem autonomia, **desigualdade social levando ao mau comportamento** e desvio psicológico (PROFESSOR 10, EC).

A família sem estrutura; a desigualdade social, pobreza demais; a falta de diálogo com familiares desencadeiam os problemas psicológicos (PROFESSOR 09, EP).

A visão crítica de uma sociedade excludente e a frustração perante a incapacidade de pertencer a essa mesma sociedade não aparecem como motivos para gerar a indisciplina na sala de aula. Aponta-se a desigualdade social como fator que influencia nos comportamentos indisciplinados, porém com uma leitura do psicológico do aluno. Ou seja, o aluno terá comportamentos indisciplinados porque a desigualdade social interferirá em seu psicológico. Mesmo que se tenha um olhar mais amplo ou crítico pela sociedade capitalista, ainda assim persiste a presença da responsabilização somente no aluno e em seu estado psicológico é presente.

Ou seja, a população que historicamente esteve excluída, ao ingressar na escola por conta da expansão de oportunidades de ingresso, tem sido responsabilizada pelo aumento dos casos de indisciplina, o que pode camuflar um preconceito em relação a indivíduos de classes populares beneficiadas por essas políticas.

Guimarães (1996) afirma que, na medida em que o professor não consegue perceber a complexa rede de relações existentes na sala de aula, ele concentra os conflitos no aluno e não são deslocados para o coletivo. Sendo assim, forma-se uma rígida divisão entre aquele que sabe e impõe e aquele que obedece e se revolta. O

professor imagina que a garantia da sua posição dá-se pela manutenção da ordem. O grande problema está no fato de o professor se concentrar apenas na sua posição normatizadora, achando que com isso ele eliminará os conflitos. Porém, quanto maior a repressão, maior a violência dos alunos em tentar garantir suas vontades. Neste sentido, os seguintes professores apresentaram as respostas:

O professor por sua vez, também não demonstra respeito, e não tem uma postura de um educador, se rebaixa ao mesmo nível dos alunos (PROFESSOR 06 EP).

Acho que os fatores que interferem são: família e psicológico, porque se o aluno não tem disciplina em casa, na escola ele não terá também e o psicológico porque o aluno pode ter algum distúrbio (PROFESSOR 20, EC).

Não é lícito supor que o que ocorre no interior da escola não tenha articulação com os movimentos exteriores a ela, ou seja, a sociedade. Neste caso, o Estado, a família, a postura do professor, a desigualdade social, a escola e o psicológico do aluno são fatores de interferência neste processo de mudança de comportamento. Porém, cabe ressaltar que, às vezes, perde-se mais tempo atribuindo culpa e criticando posturas tanto da família como do professor, do que gastando essa energia com a tarefa epistêmica fundamental, ou seja, a formação de identidade intelectual autônoma, capaz de superar as demandas do capitalismo.

O que o professor deve levar em consideração é que, muitas vezes, é mais interessante esquecer que tem que dar conta dos conteúdos propostos de forma quantitativa, e aplicá-los atendendo às expectativas e especificidades dos alunos, de forma qualitativa. Para isso, torna-se necessário uma visão global da atual perspectiva de vida que o aluno tem e sua vida fora dos muros da escola, bem como os problemas que enfrenta. O professor justifica sua resposta com a seguinte afirmação: “Deveriam deixar de lado vários conteúdos e exigências para conhecermos a real realidade onde nosso aluno vive”. (PROFESSOR 03, EP).

Porém, o processo educacional não é tão simples assim. A escola não pode perder seu papel central de transmissão do conhecimento e deixar essa função de lado para atender às especificidades de uma sociedade é diminuir sua importância quanto à formação intelectual do aluno. Apesar de ser uma tarefa difícil, a escola, e juntamente a equipe de professores, tem que dar conta de concluir os conteúdos e mesmo assim, conhecer a realidade dos seus alunos, já que sem esse conhecimento, o processo de ensino-aprendizagem torna-se vago.

Como visto, a indisciplina não pode ser caracterizada por um único motivo ou um fator só que leva os alunos a se comportarem de maneira violenta ou

indisciplinada. A análise dos diferentes fatores que podem vir a ser responsáveis pela indisciplina na sala de aula torna-se necessário para compreender porque o aluno age dessa maneira. Felizmente, alguns professores possuem essa ideia de análise geral, como mostram suas justificativas: “Nenhum dos fatores isoladamente pode ser responsável pela questão da indisciplina na sala de aula”. (PROFESSOR 02, EP). “Pode ser causado por vários motivos.” (PROFESSOR 17, EC).

Ora, não é possível assumir que a indisciplina se refira ao aluno exclusivamente, tratando-se de um problema de cunho psicológico. Também não é possível creditá-la totalmente à estruturação escolar e suas circunstâncias sócio-históricas. Muito menos atribuir a responsabilidade às ações do professor, tornando-a um problema de cunho essencialmente didático-pedagógico.

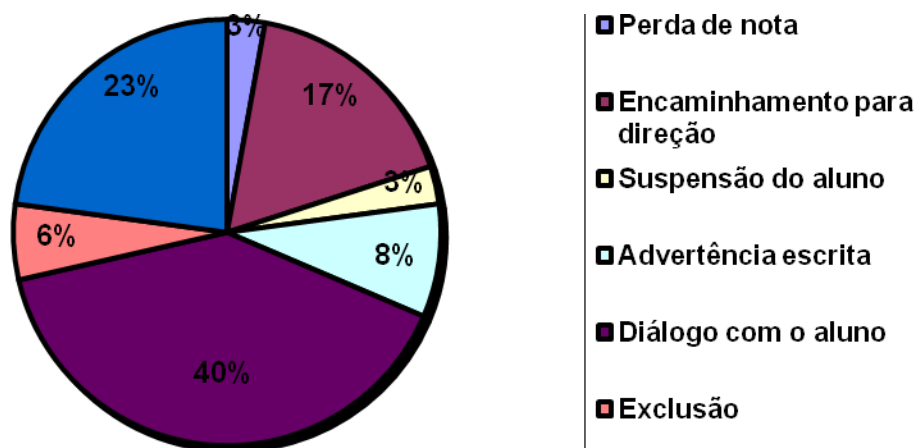
#### 4.4 DAS ATITUDES TOMADAS QUANDO O ALUNO DEMONSTRA INDISCIPLINA

As atitudes tomadas pelos professores ou mesmo pela escola quando um aluno demonstra indisciplina são a chave para se entender como esse fenômeno ocorre nas escolas. É provável que faltem aos professores ferramentas para trabalhar a indisciplina.

Esse estudo possibilitou, além de tecer algumas considerações a respeito deste fenômeno, realizar uma análise do discurso desses professores com a finalidade de desvendar e entender o pensamento e as atitudes dos mesmos. Nota-se que as correções disciplinares se fazem presentes e necessárias principalmente no que tange ao controle em sala de aula e a ordenação dos alunos sob o olhar dos professores.

No gráfico a seguir, são exibidos os resultados obtidos em relação a tais atitudes.

#### Gráfico 4- Estratégias utilizadas pelos entrevistados em situações de indisciplina



Fonte: Pesquisa realizada, 2009.

Em todos os casos, os professores tomam atitudes de diálogo com o aluno que demonstra indisciplina. Em seguida, quando o comportamento permanece, é solicitada a presença dos pais, ou encaminhado para a direção. A fala do professor 8 (EP) chama a atenção pelo fato de estarem presente as ameaças com relação à perda de nota caso seu comportamento desvie do padrão imposto.

O aluno é advertido verbalmente antes da segunda medida, que é a perda de nota referente à atividade em sala que não combina com indisciplina. Sem resultado, são encaminhados à direção para punições mais severas.

Essa “chantagem” acontece para que o aluno sinta-se lesado caso venha cometer algum deslize em relação ao seu comportamento.

Em todas as falas, é recorrente a desresponsabilidade do professor frente a situações de indisciplina, pois a todo momento ele insiste em mostrar que o problema está no aluno, e quem deve resolver a questão é a direção.

Uma minoria aponta a conversa com a coordenação e a direção como a melhor forma para lidar com o problema, deixando a impressão que os professores não encontram respaldo necessário para intervir nos comportamentos indisciplinados.

Ele é encaminhado à direção. Dependendo do caso, há necessidade da presença dos pais e professores (PROFESSOR 07, EP).

As atitudes tomadas têm que se chamar a atenção do aluno (a pessoa) e até levá-lo até o pedagogo ou diretor da escola (PROFESSOR 20, EC).

Converso com o aluno e caso não surta efeito, encaminho à supervisão (PROFESSOR 14, EC).

A direção escolar, ao receber os alunos indisciplinados que são encaminhados, toma as providências cabíveis, sejam elas advertências, chamamento dos pais e reuniões com a equipe pedagógica. Mas em nenhum momento apareceram atitudes realmente significativas para a mudança desse comportamento, ou mesmo a preocupação de esclarecer o motivo que levou o aluno a agir daquela maneira.

Através da resposta do professor seguinte, pode-se destacar que medidas são tomadas quando cabe à escola. Porém, quando a manifestação de indisciplina torna-se mais grave, apesar de nas respostas da questão das manifestações não aparecer qualquer tipo de ato que possa ser considerado grave, a escola encaminha tal aluno ao Conselho Escolar, o que remete a pensar que mais uma vez a escola não se dispõe a procurar a origem da indisciplina, mas sempre busca sua erradicação, mesmo que seja através de medidas drásticas.

1º lugar acho que uma advertência verbal do professor; 2º lugar advertência escrita com participação da equipe pedagógica; e se houver reincidência, chamar o responsável para diálogo; e se for mais grave, levar para instância do conselho escolar (PROFESSOR 04, EP).

Advertência verbal, advertência escrita, reunião com pais, reunião com patrulha escolar. (PROFESSOR 05, EP).

De uma forma ou de outra, a origem do fenômeno da indisciplina acaba sendo situada fora das relações concretas entre professores e alunos, pois em nenhuma resposta mostra que a indisciplina pode ser reflexo de uma aula mal planejada, ou que não está atingindo as expectativas dos alunos. Neste caso, é o aluno que deve se adaptar à maneira do professor dar aula, e não o professor que deve atender aos interesses dos alunos.

É interessante notar que, para resolver o problema da indisciplina, uma minoria está voltada para atitudes discriminatórias em relação ao aluno. É claro que, algumas vezes, essa atitude ainda é tomada, mas não se pode dizer que essa postura se configura em uma regra, parece ser uma exceção. As seguintes falas dos professores apontam esse tipo de exclusão como atitude tomada com o aluno, quando afirmam:

Exclusão e estigmatização do indivíduo, psicologização, culpar a família, enfim procura-se corrigir o comportamento por vias que deixe a prática pedagógica de fora (PROFESSOR 17, EC).

Normalmente o aluno fica isolado pelos alunos e pela professora, ele é “obrigado” a ficar quieto e sentado (PROFESSOR, 16 EC).

A partir dessa fala, podemos destacar a ideia de excluir o que é diferente, ou seja, o aluno que apresenta comportamentos inadequados para o processo de ensino-aprendizagem, torna-se cada vez mais presente no ambiente escolar.

A forma de os professores lidarem com a indisciplina está, em sua maioria, ligada a atitudes positivas em relação aos alunos: o diálogo é a forma mais apontada para tentar amenizar o problema. Percebe-se que grande parte dos professores atribui o mérito do bom comportamento à postura do próprio professor em sala, ou seja, o professor tem competências para lidar com os alunos, pois resolve as situações com diálogos.

**Conversa com o aluno** (PROFESSOR 19, EC).

Conversa franca e alerta com o nosso principal cliente que é o nosso aluno (PROFESSOR 03, EP).

A primeira medida é o **diálogo**; não havendo correspondência, há interferência da equipe pedagógica. (PROFESSOR 02, EP).

**O professor tem que chamar o aluno e conversar com ele.** (PROFESSOR 15, EC).

Procura-se sempre manter o diálogo, a ética antes de alguma medida mais drástica. (PROFESSOR 12, EC).

Chamam os colegas, conversam para saber o porquê e se não adiantar, chama os pais e conversa com eles (PROFESSOR 20, EC). (Grifo nosso)

Mas muitos professores afirmaram também que o que dificulta bastante o trabalho da escola é o fato de que, no ambiente familiar, os pais agem diferentemente da escola, ou seja, não há esclarecimento de regras e limites para crianças. A seguinte afirmação de um dos professores mostra o quanto essa ideia está presente no meio docente: “A criança está chegando à escola sem o mínimo de noção de limites e de educação (PROFESSOR 07, EP)”. É interessante notar que na perspectiva dos professores, são apontados que os pais não impõem regras, limites e valores para seus filhos e, em contrapartida, há o excesso de proteção, liberdade e mimos.

Para tentar evitar essa dicotomia entre a ação da escola e a atitude dos pais, seria preciso que houvesse uma coerência entre a orientação dada pela escola e aquela oferecida em casa. Uma maneira que os professores encontraram para lidar com a indisciplina é através da aproximação com os pais que, por meio de conversas, procuram conhecer a realidade da família e tentam envolver os pais nas atividades escolares, promovendo reuniões com eles, a coordenação e a direção.



De acordo com as respostas apresentadas pelos professores, torna-se evidente que a escola transfere a responsabilidade da indisciplina para os pais, ou mesmo espera que estes tomem as providências para erradicação do problema. Exemplos desse tipo de perspectiva estão nas seguintes respostas:

É chamada a atenção, se não for resolvido **são chamados os pais** (PROFESSOR 06, EP).

Conversa com o aluno e depois com os pais. (PROFESSOR 14, EC).

Há acompanhamento dos casos mais graves, os reincidentes, **pedindo intervenção do responsável**, se preciso (PROFESSOR 02, EP). (Grifo nosso)

Nestes casos, com essas atitudes, fica evidente que a escola tem a concepção de indisciplina como algo de origem na desestrutura familiar. E sendo a família a principal responsável pelos comportamentos indisciplinados, nada mais justo que ela ser também a responsável pela sua extinção. Neste sentido, para tentar amenizar o problema, os professores optam por reuniões com os pais e equipe pedagógica a fim de fazer os esclarecimentos cabíveis e realizar um trabalho de intervenção junto à família, buscando atitudes para erradicar o problema da indisciplina da escola.

Fazer reuniões com pais, alunos e com as instancias colegiadas para debater sobre quais são as dificuldades encontradas e qual o melhor caminho para resolvê-las (PROFESSOR 04, EP).

Chama os pais, conversa, mas nunca analisa sua postura e a do professor. Considera doente e o desconsidera na avaliação (PROFESSOR 16, EC).

A escola deve realizar um trabalho com os pais e também conversar com o aluno, mostrando o que ele está fazendo errado (PROFESSOR 19, EC).

A escola é um espaço dinâmico, que abarca a sociedade na qual está inserida. Por assim ser, o que acontece na sala de aula, geralmente, é reflexo do que acontece em casa, das relações na sociedade, enfim, do meio que a rodeia. Soluções para os chamados problemas de indisciplina deverão estar baseadas numa análise exaustiva da situação, na reflexão, no diálogo e em alternativas coletivas entre a família e a escola e os alunos de maneira a orientá-los para o autocontrole e a responsabilidade por seu comportamento.

#### 4.5 DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA ESCOLA

Os professores sugerem iniciativas de trabalhos com a indisciplina em três níveis diferentes: relacionados à família – no sentido de conhecer a realidade dos alunos, proporcionar um acompanhamento e orientação à família e trazê-la para participar da vida escolar; relacionadas à aproximação com os alunos – dialogar com eles e esclarecer seus direitos e deveres; relacionadas à escola – implantando projetos pedagógicos e realizando trabalhos com os alunos indisciplinados.

Quanto ao trabalho desenvolvido com as famílias, a sugestão apontada pelos professores para minorar o problema de indisciplina é optar pelo acompanhamento sistemático à família e ao aluno por parte da escola.

Os professores apontaram que trazer os pais na escola para esclarecimento dos motivos pelos quais levaram os filhos a se comportarem daquela maneira ajuda a entender como enfrentar o fenômeno e qual sua origem. Destaca-se a seguinte afirmativa de um professor para fazer esta análise: “A direção e equipe pedagógica procuram conhecer familiares, desenvolvendo assim atividades com os alunos com problema de disciplina.” (PROFESSOR 9, EP). Porém, esse conhecimento dos familiares do aluno indisciplinado não está voltado a um olhar crítico da realidade em que o aluno se encontra, e sim, mais uma vez, espera-se assim encontrar na família a responsabilidade pelos atos ditos indisciplinados.

Já em relação ao trabalho desenvolvido com os alunos, a escola busca dialogar e compreender sua concepção de vida e posição estrutural e social. Demonstrou certa preocupação quanto ao aluno em si e seu modo de vida, pois sugere um trabalho efetivo da escola a análise do local onde vivem, como é o dia-a-dia do aluno e da comunidade onde mora e a diferença social dos alunos, como mostra a seguinte resposta do professor: “Conversa, aceitação, mudança de atitude e hábitos, e analisando o local onde vivem, como é o dia-a-dia do aluno, comunidade onde mora, local de trabalho e diferença social da clientela”. (PROFESSOR 3, EP).

Alguns professores apontam o trabalho da escola por meio de orientação desses alunos, porém nada muito esclarecedor de como se daria tal orientação. Exemplos de professores que apontam essa perspectiva são:

Existe sim um trabalho de orientação para alunos indisciplinados, mas como é um trabalho que depende só do esforço da escola, ele se torna um trabalho pouco efetivo (PROFESSOR 04, EP).  
Orientação (PROFESSOR 05, EP).  
A escola teria que fazer um trabalho com os alunos indisciplinados (PROFESSOR 15, EC).

Porém percebe-se que, na prática, isso não ocorre. O problema é sempre transferido para instâncias de maior poder, sejam eles a direção, os pais, e até o Conselho Tutelar. Porém nada é feito para conhecer a origem do problema ou mesmo tentar entender o ambiente em que os alunos vivem.

É praticamente nula a indicação de alterações na prática pedagógica dos professores em sala de aula, o que reforça a tese de que, na representação dos professores, o problema da indisciplina não tem nada, ou quase nada a ver com sua atuação e com o Projeto Político Pedagógico da escola.

Outra forma de a escola se esvair da responsabilidade do aluno indisciplinado é a transferência desse aluno para outra instituição de ensino, como mostra uma das respostas do professor, quando este afirma: “A escola está se mostrando preocupada com a indisciplina e tomando atitudes como pedir a presença dos pais e mostrando suas responsabilidades. Uma opção é a troca de escola do aluno” (PROFESSOR 08, EP).

Um exemplo de transferência de responsabilidade está na resposta do Professor 10 (EC), quando este afirma: “quando a escola não resolver, vai para Conselho Tutelar, promotoria da vara da infância, após conselho escolar”. Ou seja, quando a escola não encontra soluções para o problema de indisciplina, procura por instâncias maiores para a erradicação de tal problema.

Resta à escola lembrar a seus alunos e à sociedade como um todo que sua finalidade principal é a preparação para o exercício da cidadania. E, para ser cidadão, são necessários respeito pelo espaço público, um conjunto mínimo de normas de relações interpessoais e diálogo, bem como a garantia pelo acesso e a permanência.

Como se pode perceber, em todas as análises feitas, a escola está sempre preocupada com os alunos indisciplinados. Porém, sua preocupação objetiva erradicar o problema, convocando os responsáveis por tais atos, ou seja, os pais. Neste sentido, a escola está em constante trabalho com os alunos indisciplinados, mas este consiste em se desresponsabilizar e tentar achar um culpado, ao invés de realizar uma reflexão sobre a origem do fato e sobre a sociedade como um todo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o problema da indisciplina está cada vez mais presente no interior das salas de aula, muitos são os motivos os quais levam os alunos a se comportarem dessa maneira e várias são também as interpretações dos professores sobre este fenômeno. Na tentativa de buscar compreender as dimensões conceituais, foram obtidas as seguintes considerações: sabe-se que as ideologias priorizadas na sociedade atual perpassam a lógica capitalista e cria sentimentos de individualismo e competitividade entre as pessoas. Elas estão constantemente em busca de sua auto-realização e do sentimento de pertença nessa sociedade, mesmo que para isso seja necessário ultrapassar limites que a própria relação com as pessoas nos coloca. Pode-se dizer que as pessoas estão perdendo a vontade de atuarem socialmente para irem em busca de sensações, fatos e sentimentos próprios imediatos. Essa visão intimista é impulsionada na proporção em que o sentimento coletivo perde sua força e que seus reflexos são explicitados no comportamento da nova geração.

Como visto, o ideário neoliberal impulsiona comportamentos individualistas uma vez que os indivíduos tornam-se responsáveis pelos seus sucessos e fracassos.

As próprias políticas de governo, que gradativamente estão substituindo as políticas públicas de caráter universal, tentam fazer de seu papel o mínimo possível no atendimento às pessoas e, quando disponibiliza essas políticas, são de caráter focalizado, pois não passam de “esmolas” nas mãos dos miseráveis, e se espetacularizam de modo a levar o governo a se vangloriar por estar oferecendo uma oportunidade que, na verdade, era por sua obrigação oferecer com qualidade a toda a população.

Neste sentido, como consequência do neoliberalismo e da ênfase ao individualismo, prevalece um Estado mínimo de políticas “tapa-buracos”, onde multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com sua condição de sobrevivência imediata, com suas próprias vidas e suas emoções particulares. É, primeiramente, um desejo de se autenticar como ator social e suprir suas necessidades acima de qualquer ação, como se outra manifestação não tivesse tamanha importância quanto à sua vida particular.

A relação do capitalismo com esse sentimento que diz respeito ao coletivo é a ação de privatizar instâncias sociais. Aquilo que era público, com direito a todos usarem, torna-se privilégio de poucos, que possuem em suas mãos as verbas para a compra. E assim gira a roda da economia, com a venda e a lucratividade aumentando cada vez mais para uns, enquanto outros não possuem nenhum bem.

Olhando para o interior da escola, percebe-se que toda essa mistura de sensações causadas pela sociedade imersa no neoliberalismo tende a interferir no comportamento dos alunos. A indisciplina na sala de aula é a resposta que esses alunos têm frente às desigualdades de oportunidades presente nesta sociedade e a essa tirania do individualismo.

Alunos que vivenciam a exclusão pela falta de políticas públicas, das ofertas de bens e serviços, que vivenciam a individualização da conquista de suas necessidades básicas, enfim, que vivenciam essa desigualdade desenfreada causada por uma lógica de mercado que visa à concorrência e à competitividade, tendem a frustrar-se por se sentirem excluídos de uma sociedade em geral. Sua frustração reflete-se em seu comportamento de não aceitação dessa realidade.

Como se comprovou nas respostas dos professores, o meio social em que os alunos estão inseridos torna-se determinante na maneira com a qual irão se comportar em alguns ambientes. Se estão presentes em sua realidade a violência, a exclusão e o individualismo, é desta maneira que os alunos irão se comportar dentro da sala de aula.

Mesmo que para os professores pesquisados esteja clara a interferência desse meio social na constituição de comportamentos, ainda assim a reflexão crítica dessa mesma sociedade capitalista e neoliberal acaba por não acontecer.

É clara também a concepção entre os professores de que o determinante maior para a indisciplina volta-se para os motivos que culpam o próprio aluno, sejam eles de cunho psicológico ou responsabilidade da família. Mais uma vez torna-se evidente a preocupação em culpar o indivíduo pelo seu sucesso e fracasso, concepções presentes entre os ideários neoliberais.

No ambiente escolar, onde se depara ainda mais com essa desigualdade, percebe-se inserido numa normatização que não existe. Professores tendem a querer que seus alunos sejam iguais em sala de aula, com os mesmos materiais, mesmas oportunidades de estudo, mesma personalidade e cultura. Ou seja, tendem a querer olhar para a sala e ver alunos padronizados, ideais, bem comportados, bem

alimentados e com as mesmas ideias.

Cabe ressaltar que a escola é o local onde indivíduos de diferentes culturas e experiências de vida encontram-se com um mesmo fim: a educação. O professor deve levar em conta as diferenças sociais e econômicas existentes no interior da sala de aula para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de maneira satisfatória.

Ao professor fica a responsabilidade de perceber a relação existente entre sujeitos e ideologias atuais. Em uma sociedade tão complexa e repletas de ideologias excludentes, é evidente a existência de uma classe cheia de alunos com frustrações, expectativas e comportamentos vigentes nessa mesma sociedade. Não se pode pensar em ensino e aprendizagem num meio estranho ao professor, sendo necessário um entendimento das diferenças entre os indivíduos e suas concepções de mundo e sociedade.

E no limite dessa pesquisa de não apontar soluções para a problemática apresentada, fica em aberto a necessidade de um estudo que busque captar as experiências pedagógicas que se contraponham a essa lógica excludente e minimizem seus efeitos.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AQUINO, Julio Groppa. **A indisciplina e a escola atual**. Rev. Fac. Educ., jul./dez. 1998, vol.24, no.2, p.181-204.

\_\_\_\_\_. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: AQUINO, Júlio Groppa (org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 7 ed. São Paulo: Summus, 1996, p. 39 – 55

\_\_\_\_\_. **A violência escolar e a crise da autoridade docente**. Caderno Cedes, ano XIX, nº 47, dez 1998. p. 07 – 19

\_\_\_\_\_. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html> Acesso em setembro, 2009.

BELINTANTE, Claudemir. **O poder de fogo da relação educativa na mira de novos e velhos prometeus**. Caderno Cedes, ano XIX, nº47, dezembro/ 1998. p. 20 – 35

BUENO, José Geraldo Silveira. Função social da escola e organização do trabalho pedagógico. **Educar em Revista: Curitiba**, n. 17, p. 101-110, 2001.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 432 – 443

DE LA TAILLE, Yves. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, Júlio Groppa (org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 7 ed. São Paulo: Summus, 1996.

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, 1993 p. 86-101.

FRANÇA, Sonia A. Moreira. A indisciplina como matéria do trabalho ético e político.

In: AQUINO, Júlio Groppa (org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 7 ed. São Paulo: Summus, 1996, p. 139 – 148.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Natureza, especificidade e custos humanos da crise dos anos 70/90. In: **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 59 – 90.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 1986.

GARCIA, Joe. **Indisciplina na escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva**. R. Paran. Desenv. Curitiba. n. 95. jan / abr 1999, p. 101 – 108.

GOFFMAN, Erving. Estigma e identidade social. In: **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar 1982, p. 11 – 50.

GONÇAVES, Luiz Alberto O. SPOSITO, Marília Pontes. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. **Caderno de pesquisas**, n. 115, p. 101-138, março/2002.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOMÉZ, A. I. Pérez. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GUIMARÃES, Áurea M. Indisciplina e violência: a ambiguidade dos conflitos na escola. In: In: AQUINO, Júlio Groppa (org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 7 ed. São Paulo: Summus, 1996, p. 73 – 81.

HIDALGO, Ângela Maria. Globalitarismo, Estado Mínimo e Gestão Compartilhada. In: LIMA, Antonio Bosco de (org.). **Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada**. São Paulo: Xamã, 2004.

HOBBSAWN, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. O cidadão do mundo. In: LOMBARDI, José C., SAVIANI, Demerval,



SANFELICE, José L. (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2004.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais. 2ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 09 – 47.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: SENAC, 2001, p. 27-67.

NASCIMENTO, Arlindo Mello do. **População e família brasileira**: ontem e hoje. Caxambu – MG, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3 ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana. **Política educacional como política social**: uma nova regulação da pobreza. Florianópolis: Perspectiva, v. 23, n. 02, p. 279-301, jul/dez 2005.

OLIVEIRA, Maria Izete de. **Indisciplina escolar**: determinações, consequências e ações. Brasília: Líber Livros, 2005.

PINO, Angel. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 763-785, out. 2007 763. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em agosto, 2009.

REGO, Teresa C. R. A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygotskiana. In AQUINO, Júlio Groppa (org.). **Indisciplina na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996, p. 83 – 101.

RUMMERT, Sonia Maria. **Educação e identidade dos trabalhadores**: as concepções do capital e do trabalho. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

SANTOS, José V. T. dos. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4m nº 8, jul/dez 2002, p. 16-32.

SCHILLING, Flávia. **A sociedade da insegurança e a violência na escola**. São Paulo: Moderna, 2004.

SILVA, Maria Laura Fernandes. **Indisciplina na aula**: um problema dos nossos dias. Cadernos pedagógicos, 1999.

SOARES, Laura Tavares. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

TIBA, Içami. **Disciplina**: limites na medida certa. 19 ed. São Paulo: Gente, 1996.

VIEIRA, Evaldo. Estado e políticas sociais na década de 90. In: NOGUEIRA, Francis M. G. (org.). **Estado e políticas no Brasil**. Cascavel: Edunioeste, 2001.

# APÊNDICE

## APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

### *Termo de livre consentimento*

Este questionário tem por objetivo identificar as diferentes visões dos professores e equipe pedagógica sobre o tema indisciplina, bem como as ações desenvolvidas no espaço das escolas. Ele faz parte de um conjunto de estudos que vem sendo desenvolvida durante o ano de 2008 e 2009, como parte das atividades do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Londrina.

As questões apresentadas e suas respostas serão para fins acadêmicos não necessitando de qualquer tipo de identificação pessoal ou institucional.

1) O que é indisciplina ?

---

---

2) Como ela se manifesta na sala de aula?

---

---

---

3) Que atitudes são tomadas quando o aluno demonstra a indisciplina ?

---

---

---

4) Quais dos fatores abaixo interferem e são responsáveis por tais comportamentos ?

- ( ) Estado
- ( ) Família
- ( ) Saúde Física
- ( ) Postura do professor
- ( ) Desigualdade Social
- ( ) Escola
- ( ) Psicológico
- ( ) Outros \_\_\_\_\_

Justifique \_\_\_\_\_

---

---

5) Qual a atitude da escola em relação aos alunos indisciplinados?

---

---

6) Existe algum trabalho efetivo ?

---

---